PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ/ RS

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

PERÍODO: 2019-2022

VERA CRUZ, 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ/RS

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EQUIPE DE COORDENAÇÃO:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER)

EMATER/RS-ASCAR

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ELABORAÇÃO:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EMATER/RS-ASCAR

Inspetoria Veterinária

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Secretaria Municipal de Educação

Sumário

1 APRESENTAÇÃO 13

2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 14

3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 15

3.1 Histórico de Vera Cruz 16

3.2 Dados Geográficos, Sociais e Econômicos 18

3.3 Hidrografia 19

3.4 Clima 19

3.5 Solo 20

3.6 Malha Viária/ Transporte 20

3.7 Dados Socioculturais 21

3.8 Acesso da população à Serviços Básicos 22

3.8.1 Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) 22

3.8.2 Entidade de Representação e Organização Social (STR) 22

3.8.3 Educação 23

3.8.4 Crédito Rural/ Microcrédito 27

3.8.5 Saúde 27

3.8.6 Segurança 28

3.8.7 Saneamento Básico/ Abastecimento de Água 28

3.8.8 Programa Nacional de Habitação Rural 29

3.8.9 Energia Elétrica 30

3.8.10 Meios de Comunicação 30

3.8.11 Cultura e Lazer 30

3.8.12 Atrativos Turísticos e o Turismo Rural 31

3.8.13 Organização Rural 32

3.8.13.1 Grupos de Mulheres Rurais (GMR) 32

3.8.13.2 Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC) 35

3.8.13.3 Associação dos Apicultores de Vera Cruz (AAPIVERC) 36

3.8.13.4 Associação dos Produtores Rurais de Alto Ferraz 37

3.8.13.5 Associação Comunitária dos Moradores de Alto Dona Joseja (AMADJ) 38
3.8.13.6 Associação dos Produtores Rurais de Dona Josefa (7 de Junho) 38
3.8.13.7 Associação Vera-cruzense de Pequenos Agricultores Camponeses (AVPAC) 38
3.9 Caracterização Ambiental 39
3.9.1 Recursos Florestais 39
3.9.2 Dados Agropecuários 39
3.9.2.1 Estrutura Fundiária 39
3.9.2.2 Ocupação do Solo e principais Atividades Agropecuárias 39
3.9.2.3 Participação da Agropecuária na Economia Municipal 40
3.9.2.4 Atividades Pecuárias 40
3.9.2.5 Valor Bruto da Produção Rural Agropecuária 40
3.9.2.6 Identificação e Descrição das Principais Cadeias Produtivas 42
3.9.2.7 Infraestrutura da Produção nas Propriedades 42
3.9.2.8 Infraestrutura e Serviços Públicos de apoio a Produção/ Processamento/ Comercialização 43

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 44
4.1 Estrutura, Serviços e Funcionamento de Projetos, Feiras e Programas 44
4.1.1 Setor de Talão de produtor 46
4.1.2 Departamento do Meio Ambiente (DEMA) 47
4.1.2.1 Participação em Conselhos Municipais 48
4.1.2.2 Coleta Seletiva 48
4.1.2.3 Cooperativa de Trabalho de Recicladores na Seleção do Lixo de Vera Cruz (ACOTRALI) 49
4.1.2.4 Ecoponto 49
4.1.2.5 Logística Reversa 49
4.1.2.6 Gincana Ambiental Municipal (Anual) 50
4.1.2.7 Palestras de Educação Ambiental e Saúde nas Escolas 50
4.1.2.8 Projeto de Arborização através do Plantio de Mudas de Árvores Nativas e Flores 50
4.1.2.9 Projeto de Arborização da Praça José Bonifácio 51
4.1.2.10 Programa Protetor das Águas 51
4.1.2.11 Projeto Verde é Vida 53

4.1.2.12 Coleta de Óleo Saturado 53
4.1.2.13 Programa Comitê Pardo 53
4.1.2.14 Projeto Redenção do Pardo 54
4.1.2.15 Projeto Educação em Saúde Ambiental: Sustentabilidade e Qualidade de Vida 54
4.1.3 Setor de Gestão de Pessoas, Compras, INCRA e Junta Militar 55
4.1.4 Setor de Produção Animal 55
4.1.4.1 Serviço de Inspeção Municipal (SIM) 55
4.1.4.2 Serviço de Inseminação Artificial 56
4.1.5 Setor de Serviços de Máquinas, Caminhões e Implementos Agrícolas 56
4.1.6 Setor de Licitações, Convênios e Atividades 59
4.1.6.1 Bovinocultura Leiteira 59
4.1.6.2 Psicultura 60
4.1.6.3 Programa Estadual Troca-troca de Semente de Milho 61
4.1.6.4 Projeto Pastagens 62
4.1.6.5 Cadastro Ambiental Rural (CAR) 63
4.1.6.6 Feiras 64
4.1.7 Setor de Desenvolvimento Rural 68
4.1.8 Setor de Assessoria Técnica à Produção Rural 68
4.1.8.1 Isenção do IPTU 68
4.1.8.2 Agroindústrias 69
4.1.8.3 PAA 72
4.1.8.4 PNAE 73
4.1.8.5 Projeto Hortas/ Despertar 74
4.1.8.6 Fundo Rotativo 75

5 DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO (ANÁLISE PARTICIPATIVA COM A COMUNIDADE) 78
5.1 Análise das Cadeias Produtivas 78
5.2 Análise Geral do Município 79
5.3 Dificuldades das Principais Cadeias Produtivas 80
5.4 Avaliação das Oportunidades/ Potencialidades das Principais Cadeias Produtivas 84

6 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 89

6.1 Objetivos 90

7 AÇÕES PLANEJADAS 91
7.1 Infraestrutura Rural 91
7.1.1 Mecanização Comunitária Agrícola 91
7.1.2 Melhorias nas Estradas Rurais, Bueiros, Pontes e Renovação da Frota 91
7.1.3 Melhorias na Eletrificação Rural 92
7.1.4 Pavimentação de Estradas 92
7.1.5 Melhorias no Turismo Rural 92
7.2 Geração de Renda e Agregação de Valor ao Produto 93
7.2.1 Qualificação das Feiras 93
7.2.2 Cooperativas e Associações 94
7.2.3 Manutenção de Programas e Projetos 94
7.2.4 Adesão do Serviço de Inspeção Municipal ao SISBI-POA e/ou SUSAF 95
7.2.5 Apoio à Produção Leiteira 95
7.2.6 Apoio à Psicultura 95
7.2.7 Apoio à Avicultura 96
7.2.8 Apoio às Agroindústrias e Implantação de Novas (Diversificação) 96
7.2.9 Apoio à Projetos de Irrigação 96
7.2.10 Implantação de Estruturas para Armazenagem de Grãos 97
7.2.11 Educação do Campo 97
7.3 Preservação Ambiental 98
7.3.1 Preservação dos Recursos Naturais 98
7.3.2 Produção Agroecológica 99
7.4 Programa de Capacitação dos Agricultores Familiares 99

8 PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS 101
8.1 Iniciativas para o Desenvolvimento Rural em andamento 101
8.2 Novas Iniciativas necessárias para atender as Diretrizes do Plano 101

9 GESTÃO DO PLANO 103
9.1 Infraestrutura Rural 103

9.2 Geração de Renda e Agregação de Valor ao Produto 104
9.3 Preservação Ambiental 105

10 INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 106
10.1 Instituições Envolvidas 106

LISTA DE ABREVIAÇÕES

AAPIVERC	Associação dos Apicultores de Vera Cruz
ACOTRALI	Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção do Lixo
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AIE	Anemia Infecciosa Equina
AMADJ	Associação dos Moradores de Alto Dona Josefa
AMVARP	Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
ANA	Agência Nacional das Águas
APL-VRP	Arranjo Produtivo Local - Vale do Rio Pardo
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATURVARP	Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo
AVPAC	Associação Vera-cruzense de Pequenos Agricultores Camponeses
CAF	Conselho Administrativo do FUNDAVEC
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CISVALE	Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo
COMAVEC	Conselho Municipal da Agricultura de Vera Cruz
COMDER	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COOPERVEC	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DEMA	Departamento do Meio Ambiente
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER/RS-Ascar	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do RS
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDAVEC	Fundo Municipal de Agricultura de Vera Cruz
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa de Atenção Básica
PASA	Programa de Ação Socioambiental
PBSM	Programa de Fomento Brasil Sem Miséria
PEAF	Programa Estadual da Agroindústria Familiar
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RGESul	Rio Grande Energia
SAFE	Serviço de Apoio e Formação em Educação
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SISBI - POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SITAGRO	Sistema de Informações Tributárias sobre a Agropecuária
SMCTEL	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer

SMDR/MA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
SMOST	Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUSAF	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e Pequeno Porte
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UPF	Unidades Produtivas Familiares

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Mapa do Rio Grande do Sul, destacando-se o Município de Vera Cruz.
FIGURA 02 Mapa do Município de Vera Cruz e suas localidades.
FIGURA 03 Mercado Halmenshlager.
FIGURA 04 Nascente protegida pelo Programa Protetor das Águas
FIGURA 05 Área de preservação do Programa Protetor das Águas
FIGURA 06 Fornecimento de materiais para o acesso às propriedades rurais.
FIGURA 07 Grupo de produtores de leite do Município no centro de treinamento da EMATER em Teutônia.
FIGURA 08 Silo para secagem de grãos, com estrutura de alvenaria.
FIGURA 09 Entrega do Kit pastagem ao produtor Maurício Petry.
FIGURA 10 Total de declarações, destacando-se o Município.
FIGURA 11 Feira de Artesanato.
FIGURA 12 Agroindústria de massas.
FIGURA 13 Produtores na Feira da Produção.
FIGURA 14 Produtores na Feira da Produção.
FIGURA 15 Produtores na Feira da Produção.
FIGURA 16 Feira da Praça.
FIGURA 17 Feira da Praça.
FIGURA 18 Feira da Praça.
FIGURA 19 Feirão Rural.
FIGURA 20 Produtos da Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar.
FIGURA 21 Produtos da Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar.
FIGURA 22 Programa de Aquisição de Alimentos.
FIGURA 23 Projeto Horta Escolar da Escola Jacób Blesz.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 Dados geográficos, sociais e econômicos do Município de Vera Cruz.

TABELA 02 Extensão das estradas do Município de Vera Cruz.

TABELA 03 Relação dos Grupos de Mulheres Rurais de Vera Cruz (GMRs), suas localidades de abrangência e o ano de fundação.

TABELA 04 Movimentação Financeira da Cooperativa.

TABELA 05 Crescimento do rebanho do Município de Vera Cruz em 10 anos.

TABELA 06 Principais Culturas Agrícolas do Município.

TABELA 07 Rendimento médio das principais Culturas Agrícolas do Município.

TABELA 08 Composição das Microempresas do Município.

TABELA 09 Agroindústrias do Município.

TABELA 10 Agroindústrias legalizadas no Município.

1 APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) é um referencial que apresenta as condições atuais da agropecuária no Município de Vera Cruz, projetando-se metas que serão delineadas através de mecanismos, instrumentos e ferramentas que buscam a integralidade do território municipal, gerando progresso e desenvolvimento socioeconômico.

O PMDRS é um documento que tem como objetivo relatar o diagnóstico do meio rural do Município de Vera Cruz e delinear as diretrizes de trabalho para a busca de desenvolvimento do meio rural de forma mais sustentável. O plano é um documento de utilidade pública que deve nortear e direcionar todas as políticas públicas e programas de âmbito rural/agropecuário fomentadas pela Prefeitura e demais órgãos governamentais, além de outras instituições envolvidas neste contexto.

O plano envolve todas as entidades e instituições apresentadas na coordenação e elaboração do mesmo, acrescentando-se membros de todas as cadeias produtivas agropecuárias de Vera Cruz.

2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é de extrema necessidade, pois, através dele, projeta-se as metas referentes ao trabalho a ser desenvolvido nos 4 anos seguintes, indicando as direções de planejamento e facilitando assim, as ações e suas respectivas execuções. Com esta iniciativa, racionalizam-se esforços, reduzindo assim, os custos operacionais e provocando, consequentemente, mudanças no cenário econômico, social e político. Será fundamental unir as forças vivas do Município em prol de uma estrutura de trabalho que deverá gerar crescimento dos setores primário, secundário e terciário.

3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Vera Cruz está localizado na região do Vale do Rio Pardo, distante 166 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fazendo divisa com os Municípios de Vale do Sol, Candelária, Sinimbu, Santa Cruz do Sul e Rio Pardo. Sua altitude média é de 68 metros em relação ao nível do mar. O município tem uma área de 309,62 quilômetros quadrados. Sua latitude é 29º42’53” sul e longitude 52º30’20” oeste. Vera Cruz está localizado no Centro Oriental Rio-grandense. A área total do município é de 30.962 hectares e 309,62 km².

O mapa abaixo localiza o Município de Vera Cruz no estado do Rio Grande do Sul (FIGURA 01).

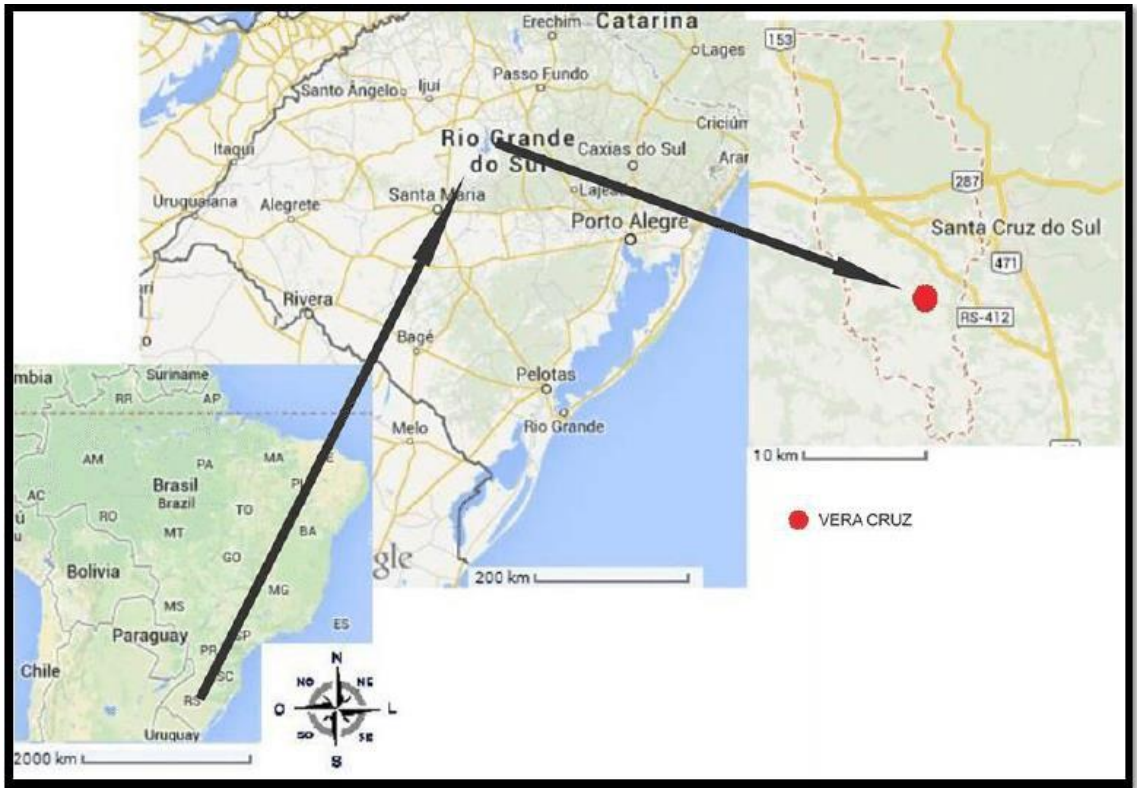


FIGURA 01: Mapa do Rio Grande do Sul, destacando-se o Município de Vera Cruz.
FONTE: Google Maps, 2018.

A seguir, apresenta-se o mapa do Município de Vera Cruz, com a respectiva divisão das localidades (FIGURA 02).

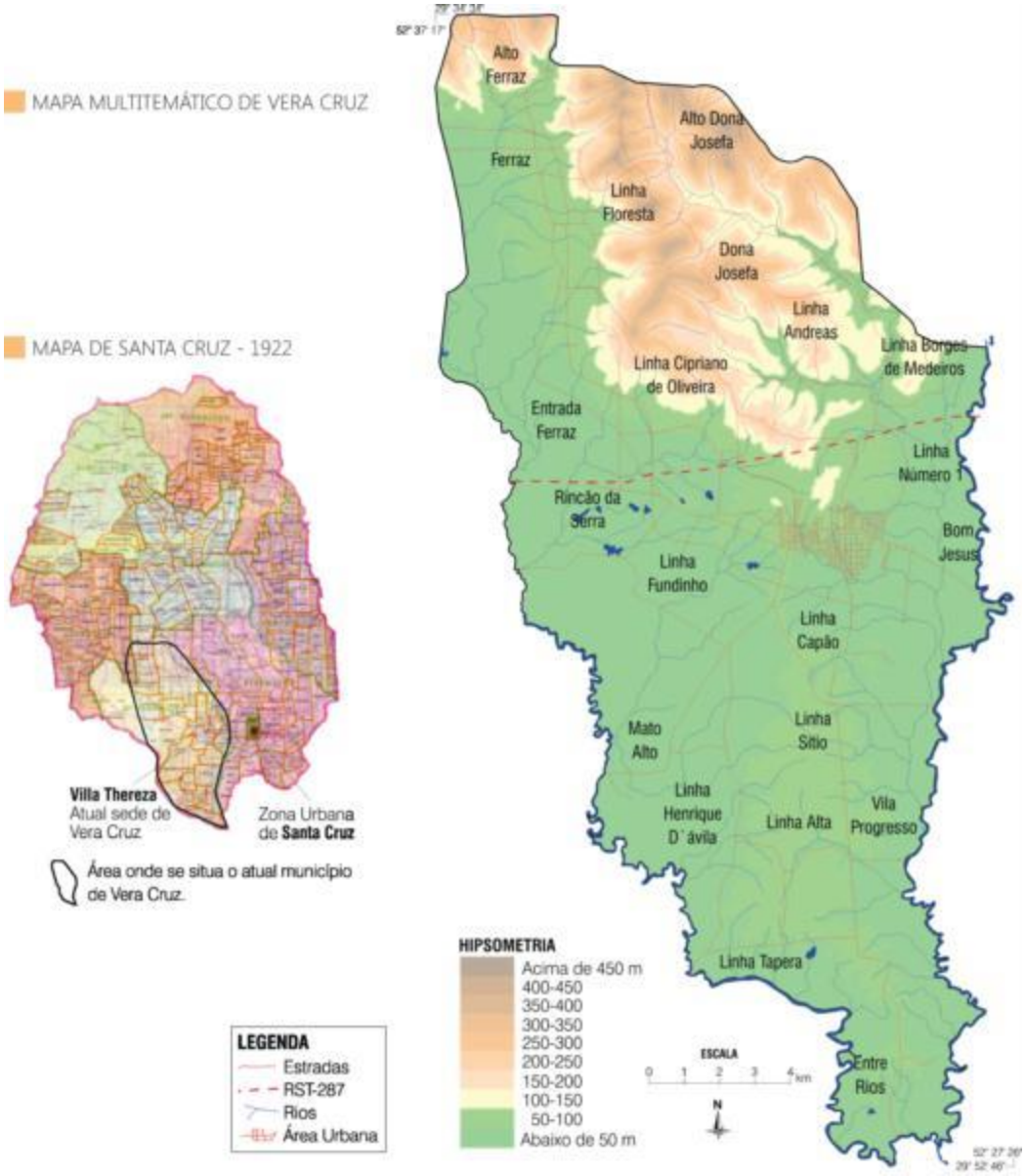


FIGURA 02: Mapa do Município de Vera Cruz e suas localidades.
FONTE: Google Maps, 2018.

3.1 Histórico de Vera Cruz

A colonização de Vera Cruz foi autorizada pelo presidente da Província, João Lins Vieira Cansanção, de Sinimbu, e iniciada em 11 de outubro de 1854 próximo a várzea da Quilombo (hoje Linha Dona Josefa) com a colocação de quatro famílias e quatro solteiros. As colônias situadas na várzea desse arroio (onde já existiam duas roças velhas) foram medidas pelo diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, João Martinho Buff. Quanto as terras de faxinal de Dona Josefa (foi este o primeiro nome da área que hoje forma o município), a Lei

n°377, de 20 de novembro de 1857, autorizou, novamente, o presidente da Província a “desapropriar ou comprar” as mesmas, entre os Rios Pardo e Pardinho. Em 1858 foi explorado e aberto um caminho, pelo filho de Antônio Prudente da Fontoura, que ía de Santa Cruz à Vila Teresa.

O povoado de Vila Teresa, hoje cidade de Vera Cruz, foi criado no ano de 1858 e demarcado os seus nove primeiros quarteirões em 1866 (cada quadra com 132m). Em 02 de janeiro de 1867, por despacho do presidente da Província, foram concedidos os primeiros terrenos, os de n° 06 e 07 da quadra “A”, aos preços de Cr$ 45,00 e Cr$ 54,00, respectivamente. Pela Lei Provincial n°1814 de 08 de junho de 1889 foi criada a freguesia de Vera Cruz. Pela mesma Lei, criou-se o segundo distrito, ficando com as mesmas divisas estabelecidas para a Freguesia, confirmando-se o ato em 31 de agosto de 1890.

A eleição dos primeiros mandatários ocorreu no dia 24 de maio de 1959 e a instalação do Município verificou-se a 07 de junho de 1959, tendo sido sufragados os seguintes nomes: Nestor Frederico Henn, Prefeito Municipal, Adolfo Werner, Vice-Prefeito; Gomercindo Petry de Moraes, Rudi Merten, Geroldo Franke, Ervino José Schaefer, José Augusto Klinger, Wilmuth Molz, e Lothar R. Deufel, como vereadores.

A emancipação política de Teresa verificou-se por força da Lei Estadual n°3697 publicado no Diário Oficial de 31 de janeiro do mesmo ano. A instalação comuna processou-se no dia 7 de junho de 1959. O Plebiscito que antecedeu à criação da comuna, realizou-se no dia 30 de novembro de 1958, apresentando o seguinte resultado: SIM - 1.198; NÃO - 424; EM BRANCO - 04 votos; NULOS-12 votos.

Os integrantes do Poder Legislativo foram eleitos com mandato de sete meses, enquanto que os do Poder Executivo foram eleitos para o período de quatro anos e sete meses. Desde a colonização, as alterações toponímicas verificaram-se da seguinte maneira: Faxinal de Dona Josefa, Vila Teresa, Vera Cruz.

A Comissão emancipacionista integrada pelos senhores: Dr. Jacob Blész (Presidente), Amo Hepp, Alvino João Schmitt, Ari Ernesto Gruendling, Ildo Andi Henn, Norberto Otto Wild e Armindo Losekann, sendo o Sr. Osvaldo Kurz o secretário da Comissão. Assim justificaram a origem do nome do Município de Vera Cruz: *“Deseja a comissão própria e emancipação de Teresa, externando a*

opinião geral da população, que o nome do Futuro município seja Vera Cruz, entende essa comissão que Teresa é um nome sem expressão, pois não se sabe sua origem. Vera Cruz além do aspecto estético lembra os primórdios do nome da nossa Pátria. A palavra 'Vera Cruz' é uma invocação de fé cristã e tem base no primeiro nome desta grande terra brasileira".

FUNDAÇÃO DE VILA TERESA: O projeto de Lei 021/2003 considerou o senhor Affonso Mabilde como fundador de Vila Teresa, sendo a data de fundação o dia 29 de agosto de 1865. Em 29 de agosto de 2015 Vila Teresa celebrou seu centenário de fundação.

A comunidade mais antiga (Evangélica) é a de Ferraz, o Sínodo Rio-grandense.

3.2 Dados Geográficos, Sociais e Econômicos

Os principais dados geográficos, sociais e econômicos do Município, encontram-se descritos na TABELA 01:

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICAS		
Informação	**Fonte**	**Ano**
Região Geopolítica: Vale do Rio Pardo	-	-
Altitude (m): 68 metros	-	-
População: 25.338 habitantes	IBGE	2010
Rodovias de acesso: - RSC-287 - ERS-409 - ERS-412 - RSC-153	-	-
PIB pm (R$): 613.056.000,00	IBGE	2014
PIB per capita (R$): 23.492,12	IBGE	2015
VAB (R$): 213.843.000,00	-	2013
VABA (R$): 91.462.000,00	-	2013
ICMS do Município (R$): 11.093.040,00	-	2017
Taxa de Mortalidade (%): 17,99	IBGE	2014

Taxa de Escolarização 6-14 anos (%): 99	IBGE	2010
IDH-M (Índice de Desenvolvimento Municipal): 0,737(ALTO)	IBGE	2010
Posição do IDH-M do município no Brasil: 850	Atlas Brasil	2018
Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico): 0,739	SEBRAE	2018
Posição do Idese no Município no RS: 293	SEBRAE	2018
Produção local Predominante: Tabaco	-	-
Área: 309,621 km²	IBGE	2017
Densidade demográfica hab/km²: 81,73	-	-
Famílias no CadÚnico: 2.520	Sec.Ass.Social	2017
Famílias no Bolsa Família: 861	Sec.Ass.Social	2017

TABELA 01: Dados geográficos, sociais e econômicos do Município de Vera Cruz.
FONTE: Elaboradores, 2018.

3.3 Hidrografia

O Município de Vera Cruz encontra-se às margens do Rio Pardo ao Sul e Rio Pardinho ao Leste. Ainda possuímos o Arroio Andreas (como a principal fonte de abastecimento da população), Arroio Wolfram, Arroio Moinho e Arroio das Pedras, ambos distribuídos em localidades distintas.

3.4 Clima

O clima é do tipo temperado e subtropical. Enchentes temporárias em áreas de várzea que margeiam o Rio Pardo e Rio Pardinho tem provocado perdas expressivas em lavouras de arroz irrigado. Em períodos de estiagem prolongadas esses mesmos Rios não tem capacidade de fornecimento de água para suprir a demanda das lavouras, provocando um enorme déficit hídrico, comprometendo o abastecimento de água. Culturas como fumo, milho, soja, também são irrigadas por alguns produtores, utilizando-se os recursos hídricos disponíveis.

As culturas no município, eventualmente, sofrem com grandes perdas, devido as interpéries (temporais, granizo, ventos fortes). Em muitas ocasiões, o

município decreta situação de emergência e a defesa civil presta assistência às pessoas que sofreram perdas nos espaços físicos, fornecendo materiais como lonas e ajuda humanitária.

3.5 Solo

No Município de Vera Cruz, o solo, classifica-se, predominante, como SiBCS: Argissolo Vermelho-Amarelo Alítico típico. Esta unidade é constituída por solos profundos, bem drenados, siltosos com presença de horizontes A-B-C. No campo os horizontes são bem diferenciados. Quimicamente são moderadamente ácidos, com saturação por bases baixa, com exceção dos primeiros horizontes. Cerca de 70% é utilizado para agricultura, porém, devido as características de baixa fertilidade natural, é muito exigente em corretivos, fertilizantes e um bom sistema de manejo para alcançar rendimentos satisfatórios. Ainda, é necessária a utilização de plantas protetoras e recuperadoras de solo, como: aveia, nabo forrageiro e ervilhaca. No verão, recomenda-se cobertura com crotalária, feijão-de-porco, feijão-miúdo e mucuna, entre outras. Faz-se necessários também investimentos dos produtores e do município com a proteção e correção do solo, com incentivos na busca de adubos alternativos, calcários e patrulha agrícola.

3.6 Malha Viária/ Transporte

O Município possui uma malha viária que atende todas as localidades e encontra-se em bom estado de conservação, conforme descrição abaixo (TABELA 02):

Descrição	Extensão
Estradas gerais	120 km
Estradas vicinais	172 km
Estradas rurais pavimentadas	24,4 km
Vias urbanas	56 km
TOTAL	**372,4 km**

TABELA 02: Extensão das estradas do Município de Vera Cruz.

FONTE: Elaboradores, 2018.

Destaca-se que o Município conta com 3 linhas de transporte coletivo (ônibus).

3.7 Dados Socioculturais

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um dos indicadores para o progresso dos municípios. Os últimos resultados saíram em 2009, ocasião em que Vera Cruz figurava em 76º lugar dentre as cidades gaúchas. O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os COREDES em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800), no qual Vera Cruz está com escore 0,761.

Como forma de comprovar o constante desenvolvimento do Município, pode-se analisar alguns dados oficiais divulgados, especialmente, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em cinco anos, houve o aumento de 1.420 habitantes, segundo projeções e estatísticas do IBGE. De acordo com o Censo de 2010, as mulheres predominam na estrutura populacional do município, numa diferença de 485 pessoas em relação aos homens. A maior concentração está na cidade, com mais de dois mil moradores em relação à zona rural. As dados também informam a opção religiosa dos vera-cruzenses, a quantidade de domicílios e a divisão da população por faixa etária e sexo. Entre as faixas de idade, chama a atenção que 1.019 homens possuem entre 15 e 19 anos. Para elas, a maior fatia está entre 40 e 44 anos, com 956 mulheres.

3.8 Acesso da população à Serviços Básicos

3.8.1 Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Atualmente, a EMATER/RS-Ascar desenvolve, incentiva e capacita diversas atividades de âmbito econômico e social, como auxílio na legalização de Agroindústrias, oficinas de artesanato, ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) em Crédito Fundiário, Avicultura Colonial, Bovinocultura de Leite, Cooperativismo, Crédito Rural, Educação e Promoção da Saúde, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Habitação e Paisagismo, Inclusão Social e Produtiva, Milho, Culturas Anuais e Perenes, Olericultura, Piscicultura, Saneamento Básico, Secagem e Armazenagem de Grãos, Organização Rural, Segurança e Soberania Alimentar, Solos e Seguro Agrícola. O Município de Vera Cruz está contemplado na Chamada Pública da Sustentabilidade, lote 49, onde atende, nesta chamada, 280 famílias de agricultores familiares e mais 16 famílias no Programa Brasil Sem Miséria (PBSM).

O Escritório Municipal de Vera Cruz conta com um quadro técnico de três profissionais da área agrícola, um profissional da área social e um assistente administrativo.

3.8.2 Entidade de Representação e Organização Social (Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Vera Cruz - STR)

Atualmente, o STR desenvolve ações de representação, defesa e coordenação da categoria dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares.

O sindicato incentiva a formação e capacitação dos agricultores do município em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e universidades, com o intuito de fortalecer o conhecimento dos homens e mulheres do campo.

No setor, os agricultores encontram orientações e organização de documentos como: declaração do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ITR (Imposto Territorial Rural), encaminhamentos de benefícios, resumo de bloco, encaminhamentos de Credito Rural e os mais variados documentos relacionados ao dia-a-dia dos agricultores. O Sindicato possui, em sua estrutura, uma agropecuária que conta com uma variedade

grande de insumos, sementes, rações e ferramentas que auxiliam na melhoria do trabalho no campo. Junto a agropecuária, o quadro técnico é formado por dois profissionais da área agrícola. Já, no setor administrativo, disponibiliza-se servidores para assistência jurídica, contábil e administrativa.

O sindicato auxilia os produtores rurais no encaminhamento de aposentadoria rural junto ao INSS. Até hoje, já foram encaminhadas e receberam o benefício, cerca de 2300 pessoas do meio rural, o que representa, também, um incremento na economia.

3.8.3 Educação

A Rede Municipal de Educação conta, atualmente, com 14 Escolas de Ensino Fundamental. Destas, 07 (sete) escolas tem turmas multisseriadas e situam-se no campo: EMEF Sagrado Coração de Jesus (Entrada Ferraz); EMEF Gonçalves Dias (Linha Ferraz); EMEF Intendente J. W. Koelzer (Alto Ferraz); EMEF São Sebastião (Ponte Andréas); a EMEF Pe Benno Muller (Vila Triângulo); EMEF Júlio de Castilhos (Linha Dois de Dezembro) e a EMEF Prof. Henrique Cândido Pritsch (Linha Tapera).

A EMEF Jacob Blész (Henrique D Ávila) e a EMEF José Bonifácio (Linha Andreas) também são escolas situadas no campo, mas não possuem turmas multisseriadas. São educandários com maior número de alunos, atendendo de pré-escola ao nono ano do ensino fundamental. Estas escolas são nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, em regime de colaboração entre os entes federados, em conformidade com a Lei nº10.709/2003, prevendo que, em determinadas circunstâncias de racionalidade e de economicidade, os veículos pertencentes ou contratados pelo Município também transportem alunos da Rede Estadual e vice-versa. Neste caso, cabe ao Município estabelecer normas de transporte a partir de suas realidades, considerando as distâncias de deslocamento, em conformidade com a legislação vigente.

A EMEF Jacob Blész, além de possuir duas turmas de pré-escola no próprio prédio, também conta com outra turma, em regime de parceria com a Rede Estadual de Ensino, na EEEF Frederico A. Hannemann, de Vila Progresso, que disponibiliza o espaço físico para atender os alunos matriculados neste nível, enquanto o município cede a educadora da turma. Assim sendo, os alunos que frequentam esta turma permanecem no referido educandário até a conclusão do

Ensino Fundamental. Deste modo, garante-se a permanência da criança na própria comunidade rural, evitando o amplos deslocamento com transporte público.

A Educação Infantil é ofertada no campo a partir da faixa etária obrigatória, de quatro e cinco anos de idade. Oferecem esta etapa da educação a EMEF Pe Benno Muller; EMEF Gonçalves Dias, EMEF São Sebastião, EMEF Prof. Henrique Cândido Pritsch, além das escolas já citadas: EMEF Jacob Blész e EMEF José Bonifácio.

Na Rede Estadual, há duas escolas de Ensino Fundamental Completo do Campo: EEEF Frederico Augusto Hannemann, situada em Vila Progresso, e EEEF Walter Dreyer, de Ferraz. Ambas, também escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos.

Neste contexto, primando atingir padrão de qualidade na Educação do Campo, o Município qualifica os docentes promovendo, anualmente, formações continuadas. O Corpo docente das Escolas do Campo municipais é constituído por:

➪ 90 professores atuando como docentes ou na direção e coordenação das escolas:

➪ 6 professoras da Educação Especial, das quais três trabalham em itinerância. Assim, nenhuma escola deixa de ter atendimento com profissional especializado da Educação Especial;

➪ 13 professores atuando em Hora Atividade em parte de sua carga horária.

Nas escolas multisseriadas, alguns educadores assumem, além da sala de aula, caracteristicamente, a função de direção e/ou outras que venham a surgir no decorrer do ano letivo. Os educandários contam com o apoio de um profissional para auxiliar com o preparo da merenda escolar e na limpeza da escola. A Comunidade Escolar também costuma auxiliar as escolas quando solicitado pela respectiva direção.

As escolas desenvolvem diversos Projetos, como de Horta Escolar e Jardinagem, com apoio da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, além de Orientação Técnica de um profissional da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Técnicos da EMATER e estagiários das

Escolas Família Agrícola (EFA), com o intuito de motivar a criança e o jovem a permanecerem no campo. Os profissionais envolvidos, orientam técnicas de diversificação, apresentando possibilidades para aplicar e/ou comercializar produtos produzidos nas propriedades, garantindo renda e qualidade de vida. Contam também com a parceria da Secretaria Municipal da Saúde, que disponibiliza acompanhamento odontológico, com visitas periódicas do dentista nas escolas, entre outros serviços. Além disso, as escolas contam, também, com o apoio das Agentes de Saúde, que dialogam com as famílias, contribuindo para a potencialização do trabalho escolar. Além destes projetos, há três em parceria com entidades privadas: o “Despertar”; “Crescer Legal” e “Verde é Vida”.

O projeto “Despertar” acontece na EMEF Jacob Blész, em parceria entre a Prefeitura Municipal de Vera Cruz e a empresa *Alliance One.* Consiste em oficinas no contra-turno para educandos da escola citada. A empresa privada disponibiliza pagamento de alguns profissionais para desenvolver oficinas, enquanto a prefeitura disponibiliza outros. A estrutura (transporte, alimentação, itens de manutenção e materiais de expediente) também tem seus gastos rateados pelas instituições envolvidas.

O projeto “Crescer Legal” é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Vera Cruz, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Crescer Legal, que é uma iniciativa do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) e suas empresas associadas. Tem como meta oferecer subsídios para que o jovem permaneça e se desenvolva no meio rural, através de oportunidades de geração de renda e do desenvolvimento das habilidades e potencialidades, por meio de ensino técnico no contra-turno escolar e tem como duração todo o ano letivo. . A parceria estabelece que o Município de Vera Cruz oferte para estes alunos transporte e alimentação; o Instituto disponibiliza as atividades e o Estado do Rio Grande do Sul oferta a estrutura física. O projeto “Crescer legal” foi desenvolvido, em 2017 e 2018, na estrutura da E.E.E.F. Frederico Augusto Hannemann, abrangendo jovens do ensino fundamental e médio, da própria escola, e também da E.E.E.M. Vera Cruz. As idades variam entre 14 a 18 anos. Os alunos participantes residem nas localidades interioranas do Município: Linha Sítio, Vila Progresso, Entre Rios, Linha Alta e Linha Tapera.

O projeto “Verde é Vida” é desenvolvido em parceria entre a Prefeitura Municipal de Vera Cruz e a Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA.

O objetivo do programa é desenvolver a educação socioambiental, visando a preservação do ambiente, educação no meio rural, sustentabilidade, diversificação e a valorização dos agricultores. O trabalho é realizado com palestras, pesquisa, experiências, programas de sensibilização ambiental (PSA) e de ação socioambiental (PASA), Coleta de Óleo Saturado; bolsa de sementes, grupos ambientais, trabalhos científicos, distribuição de mudas e material didático pedagógico. O Projeto Verde é Vida trabalha em parceria com municípios, escolas, alunos, professores e a comunidade escolar. Em 2018, o programa foi desenvolvido nas E.M.E.F. Jacob Blész, José Bonifácio e E.E.E.F. Frederico Augusto Hanemann.

Assim, a partir deste diagnóstico, este Plano traz a seguinte Meta e Estratégias para a Educação do Campo: *Ofertar Educação Básica nas Escolas do Campo, nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, integrada com Ensino Médio, atendendo as populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida, resguardadas as responsabilidades de cada mantenedora.*

O Programa de Aprendizagem Profissional Rural é pioneiro ao oferecer aprendizagem profissional sem sair do campo e da escola, formando adolescentes no curso de gestão rural e empreendedorismo. Durante o período médio de um ano do curso (920 horas), os jovens são contratados como aprendizes por empresas do setor de tabaco associadas e apoiadoras do Instituto Crescer Legal. De acordo com a Lei de Aprendizagem, recebem salário proporcional a 20 horas semanais – a carga horária do curso, que ocorre no contraturno escolar – e ao final são devidamente certificados. No entanto, ao invés de trabalharem nas empresas, os aprendizes de 14 a 17 anos realizam suas atividades teóricas nas escolas sede e as práticas tanto no ambiente do curso como em suas comunidades, com mais motivação e condições para a produção do conhecimento. Para participar, o aprendiz precisa frequentar a escola regular. Com isso, os adolescentes ocupam seu dia no curso e na escola, longe de tarefas impróprias para a idade. A cada ano, o Programa conta com a participação de 140 jovens, em sete municípios. No programa das atividades consta o estudo e análise das propriedades rurais, diagnóstico do município e da região com estudos dos arranjos produtivos locais e mapeamento das parcerias locais e alianças estratégicas. Os adolescentes também desenvolvem trabalhos

em grupo envolvendo as famílias e a comunidade e estudos de viabilidade de desenvolvimento de produtos de gestão no meio rural. Em Vera Cruz o programa ocorre na escola estadual de ensino Fundamental Frederico Augusto Hannemann de Vila Progresso. Em 2018, formaram-se 20 jovens pelo programa.

No município existe O Curso Técnico em Agroindústria na modalidade à distância através do Campus Pelotas Visconde da Graça do Ifsul. O espaço físico, quando necessário, para a execução de provas e trabalhos é realizado junto a Escola Municipal Joao Carlos Rech.

3.8.4 Crédito Rural/ Microcrédito

Existem linhas de financiamento agrícola para Investimento e também para custeio. No ano de 2015, foram liberados R$ 2.305.325,89 em Projetos de Investimento para melhoria nas propriedades, bem como aquisição de implementos, máquinas e equipamentos para maximizar os ganhos e otimizar o tempo de trabalho nas unidades produtivas familiares. Já, em projetos de custeio, onde são financiados recursos para implantação de lavouras e/ou pastagens, foram liberados R$ 202.793,84.

3.8.5 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde foi instituída, através da Lei Municipal n.º 856 de 12 de dezembro de 1986, com o objetivo de atender as necessidades da população nas referidas áreas.

Em maio de 1994, após várias discussões, convencionou-se a viabilidade da divisão política das áreas de Saúde e Ação Social, através do Projeto de Lei n.º 11 – Lei Municipal n.º 1156/05, reestruturando a organização das duas Secretarias: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Ação Social.

A missão da Secretaria de Saúde é de assegurar Políticas Públicas locais e regionais de atenção à saúde, contemplando ações de promoção, prevenção e reabilitação dos usuários, através do intersetor alidade, interinstitucional idade e multidisciplinaridade dentro dos princípios da integralidade, universalidade, gratuidade, equidade e controle social.

Em 2016, ficou instituído, através de decreto Municipal, que a Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, passasse a ser, somente, Secretaria Municipal de Saúde.

O Município de Vera Cruz possui população para cálculo de PAB-Fixo (Faixa 2 - R$26,00 per capita) de 24.389 habitantes, correspondendo a R$46.279,07 de repasse mensal. Apresenta cobertura de Atenção Básica de 100%, considerando a Estratégia Saúde da Família com cobertura de 42%.

3.8.6 Segurança

A Segurança Municipal é de responsabilidade da Brigada Militar, a qual possui 15 policiais e 3 viaturas. Na zona rural, existe a patrulha comunitária, realizada por dois soldados que possuem, à disposição, uma das viaturas. Também ocorrem visitas regulares às propriedades, que são intensificadas conforme a demanda.

3.8.7 Saneamento Básico/ Abastecimento de Água

O Município evidenciou e sacramentou a importância da Proteção Ambiental, através da Lei nº 3645, de 01.12.2011, que instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico, e da Lei nº 3.907 de 20.08.2013, com a instituição da Política Municipal de Resíduos Sólidos, que conta com os processos de Coleta Seletiva e de Destinação Final, que inclui a reutilização, reciclagem, compostagem e valoração do resíduo, e de encaminhamento para a Disposição Final, ambientalmente adequada, de rejeitos em aterro Sanitário legalizado no Município de Minas do Leão. O programa de Coleta Seletiva, executado pela ACOTRALI (Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção do Lixo), vem sendo executado na totalidade do Território Municipal, e recolhe o equivalente a 8,39% do total do lixo produzido, propondo o avanço gradual do percentual e do volume total reciclado da coleta, incluindo aproximadamente 19 associados para a prestação deste serviço nestes bairros e comunidades rurais. Existe ainda, a manutenção de um Ecoponto que, através da Política Reversa, fomenta ações de Educação Ambiental.

Com sistema próprio de abastecimento de água, o SEMAE (Serviço Municipal de Água e Esgoto), ligado à Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito, atinge 100% da população urbana e 94% da população

rural, sendo referência para outros municípios do Estado. Salienta-se que, nos últimos anos, foram feitos investimentos na ordem de R$12 milhões na captação, tratamento, distribuição, sistema de abastecimento e armazenamento do bem hídrico, por meio de convênios com a participação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Assim, frente a ampla oferta do bem mais precioso do mundo, houve a necessidade de promover ações de conscientização do seu uso racional e responsável, razão das várias palestras junto à comunidade, nas Instituições de Ensino e de visitas à Estação de Tratamento da Água (ETA). Outra ação de grande efeito foi a implantação do Programa Protetor das Águas, em parceria com a Agência Nacional das Águas (ANA), que visa proteger as nascentes e os mananciais do Arroio Andréas.

Em relação ao esgotamento sanitário, houve investimentos na ordem de R$1,2 milhão com a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), atingindo 20% da população urbana. Atualmente, estão sendo efetivadas as ligações domiciliares à rede coletora. Os recursos aplicados também são oriundos de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Nas demais áreas da zona urbana, o esgotamento sanitário não possui rede coletora absoluta. Além disso, destaca-se que a maioria das casas apresenta sistema individual de fossa séptica, seguidas ou não por filtros anaeróbios e sumidouro. Outro avanço foram às legislações criadas para abertura de novos loteamentos, onde é necessária a implantação de estações compactas para o tratamento adequado do esgotamento sanitário.

Na zona rural, a maioria das habitações possui algum tratamento, com ênfase na fossa séptica, nas residências mais antigas, e fossa séptica/filtro anaeróbio, nas residências mais novas. Em parceria com a FUNASA, foram construídos aproximadamente 68 módulos sanitários.

3.8.8 Programa Nacional de Habitação Rural

O PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida,* através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.

Para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor familiar deve procurar uma entidade organizadora, que formará grupos de beneficiários interessados a participarem do Programa junto à Caixa.

Em Vera Cruz, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é a entidade que organiza os grupos de beneficiários. Dentre diversas atribuições, a Entidade Organizadora é responsável por desenvolver atividades de planejamento, elaboração e implementação do empreendimento, providenciar a regularização da documentação, organização de grupos, viabilizar a contratação e acompanhar a execução dos projetos. Previamente à contratação das propostas, a Entidade Organizadora deve ser habilitada para atuar no PNHR junto ao Ministério das Cidades. Nos últimos anos, beneficiou-se, em torno de 600 produtores no município, entre novas moradias e reformas, ampliação ou conclusão de existente.

Em Vera Cruz, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também organizou grupos de beneficiários e acompanhou a execução de projetos do programa.

3.8.9 Energia Elétrica

As propriedades dispõem de energia elétrica nas atividades agropecuárias, porém ainda há grande deficiência no fornecimento bem como capacidade de fornecimento e manutenção da rede. Salienta-se que, algumas localidades apresentam rede de energia trifásica, cujo custo-benefício contribui para um melhor desempenho das atividades nas propriedades agrícolas que demandam uma carga maior de energia na utilização de seus equipamentos e implementos.

3.8.10 Meios de Comunicação

O Município tem uma boa rede de comunicação através de jornais e rádio, que possuem uma boa abrangência na região. Porém, apesar dos avanços tecnológicos, as comunidades rurais ainda têm deficiência de telefonia e internet.

3.8.11 Cultura e Lazer

O Município realiza ações vinculadas ao desenvolvimento humano, emocional e intelectual balizadas pela criatividade e expressão das habilidades.

Para tanto, são desenvolvidos projetos para promoção da diversidade humana e cultural, enfocando desde a música instrumental, vocal, artesanato, informática, leitura, concursos, desenvolvimento turístico e histórico, memória e patrimônio material e imaterial, cinema, arte de rua e diversidade. Vale destacar a grande importância cultural e econômica da Feira da Produção, que ocorre, anualmente, no mês de Junho.

3.8.12 Atrativos Turísticos e o Turismo Rural

A atividade econômica e o fenômeno social do turismo no espaço rural podem ocorrer em diferentes segmentos que não somente aqueles vinculados com a atividade agropecuária tradicional. Ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, gastronomia, por exemplo, são formas de exploração do espaço rural que, em complementaridade com as atividades agropastoris, representam o dinamismo da paisagem rural, o que consiste no principal objeto de consumo do turismo rural.

Para o produtor rural que tenha vocação e interesse em empreender no desenvolvimento do turismo em sua propriedade, ou a comunidade nas suas localidades, a atividade proporciona uma série de vantagens, desde que respeitados os pilares do desenvolvimento sustentável (economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto) tais como: diversificação da produção da propriedade rural; autoestima, com a valorização da cultura do campo; educação ambiental, pelo uso racional dos recursos e; sobretudo, alternativas de renda, que auxiliam na manutenção das famílias de trabalhadores rurais através de sua evolução social e econômica.

O Município de Vera Cruz, em suas características, possui um relevo recortado no eixo de transição da Depressão Central, entre os biomas Pampa e Mata Atlântica, com boa reserva de recursos hídricos. A estrutura fundiária é baseada na pequena propriedade com matriz produtiva diversificada, força de trabalho familiar e elevada densidade demográfica no espaço rural. Situado no entroncamento viário das rodovias RSC-287 e BR-471, vias de acesso de alta circulação e boas condições, e a proximidade com o Município de Santa Cruz do Sul, que polariza a Região do Vale do Rio Pardo, representa um mercado consumidor satisfatório.

Vera Cruz apresenta, ainda, diversas entidades de notório engajamento com a produção agrícola (EMATER/RS-Ascar, STR, COOPERVEC, AAPIVERC) que em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Cultura e Turismo e, Desenvolvimento Econômico, e com o apoio do terceiro setor regional (ATURVARP – Associação de Turismo do vale do Rio Pardo, CISVALE – Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo, AMVARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, APL - Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo) satisfazem as condições para o atendimento das demandas do campo e da atividade econômica do turismo.

3.8.13 Organização Rural

Durante os últimos anos, existe grande demanda de trabalho por grupos de produtores, separados por atividades. Esta demanda surgiu para melhor otimização de tempo e mobilização das pessoas, bem como atender de forma mais produtiva e eficiente, capacitando os produtores e, também, buscando captação de recursos por meio das Políticas Públicas. Pode-se citar os produtores de leite, piscicultores, produtores de hortaliças (feirantes), agroindústrias e Grupos de Mulheres Rurais, entre outros. Os produtores trabalham, conjuntamente, de forma ordeira e organizada, comercializando seus produtos via Cooperativa ou Associação.

3.8.13.1 Grupos de Mulheres Rurais (GMR)

Os Grupos de Mulheres Rurais são formas associativas existentes no meio rural que integram mulheres e jovens com o objetivo principal de melhorar a qualidade de vida de suas famílias, bem como da comunidade como um todo.

Os primeiros grupos surgiram em meados de 1978, a partir de um trabalho desenvolvido pela EMATER/RS-ASCAR, a qual inaugurava nesse mesmo ano o Escritório Municipal em Vera Cruz.

Existem, hoje, no Município, 15 Grupos de Mulheres Rurais com 240 mulheres e jovens participantes, totalizando 230 famílias. Grande parte dos trabalhos são desenvolvidos e construídos conjuntamente com a equipe do escritório municipal da EMATER de Vera Cruz, e coordenados pela Área Social da unidade.

Suas ações estão direcionadas para:

⇨ Educação e Promoção da Saúde;

⇨ Segurança e Soberania Alimentar/Nutricional Sustentável;

⇨ Geração de Renda;

⇨ Organização rural e;

⇨ Gestão Ambiental.

Estes grupos são hoje um exemplo de organização e mostram como as mulheres estão integradas, deixando o individualismo de lado e dando lugar a união.

Os Grupos de Mulheres Rurais se reúnem, regularmente, uma vez por mês, em suas comunidades, em locais já estabelecidos e possuem uma diretoria, composta de Presidente, Vice-presidente, Secretária, Vice-secretária, Tesoureira e vice tesoureira e seguem um plano de trabalho conforme suas necessidades.

Na TABELA 03, estão listados os grupos das Mulheres Rurais e as devidas localidades de atuação de cada um.

N.	NOME DO GRUPO	LOCALIDADE	FUNDAÇÃO
1	GMR Lutando venceremos	Linha H. D' Ávila	1990
2	GMR Viva a Vida	Linha Dona Josefa	1982
3	GMR Estrela Guia	Entrada Ferraz	2007
4	GMR Guerreiras	Alto Ferraz	2011
5	GMR Bom Sucesso	Linha Capão	1982
6	GMR Unidas Venceremos	Linha Tapera	1986
7	GMR Mãos Ativas	Ponte Andréas	1981
8	GMR Construindo um Sonho	Rincão da Serra	1988
9	GMR Mãos que Trabalham	Vila Progresso	1992
10	GMR União faz a Força	Ferraz	1985
11	GMR Sempre Avante	Linha 2 de Dezembro	1991
12	GMR Amizade	Linha Alta	1996
13	GMR Vivendo e Aprendendo	Entre Rios	1986
14	GMR Esperança do Futuro	Linha Fundinho	1990
15	GMR Flores do Campo	Andréas	1996

TABELA 03**:** Relação dos Grupos de Mulheres Rurais de Vera Cruz (GMRs), suas localidades de abrangência e o ano de fundação.

FONTE: EMATER/RS-Ascar, 2018.

O lema dos grupos é “APRENDER A FAZER FAZENDO”. Suas sócias têm oportunidades de participarem de reuniões, demonstrações técnicas, cursos, oficinas, capacitações, excursões, e uma maior participação na vida da comunidade.

Demonstrações e cursos que alguns grupos já realizaram: Alimentação Saudável, Cucas, Pães, Plantas medicinais (Chás e Xaropes), Fabricação caseira de Conservas e Compotas, Bolachas caseiras, Tortas, Recheios e coberturas de bolos, Congelamento de Alimentos, Sabão caseiro, Confecção de peças íntimas, Hortas e Pomares Domésticos, Produção e Uso de Caldas Fertilizantes e Protetoras para uso na Agricultura, Podas, Pizzas, Leite e derivados, Queijo, Bolsas, Receitas Natalinas, Bordado, Jardinagem, Aproveitamento de Materiais Recicláveis, Tricô, Crochê, Bordado, Corte e Costura, Arranjos de Natal e Páscoa, Sorvetes, Pintura em Tecido, entre outros.

Já tiveram oportunidade de assistir palestras e oficinas com vários profissionais das mais diversas áreas de atuação, como médicos, pedagogos, nutricionistas, fisioterapeutas, advogados, dentistas, assistentes sociais, enfermeiros, agrônomos, veterinários e professores.

Buscam vivenciar, no dia-a-dia do grupo, a importância da família e resgatar as amizades e convivência com outras pessoas.

Também promovem Viagens Técnicas, que têm como objetivos, aprender e conhecer lugares diferentes, dando incentivo ao turismo de outras comunidades, municípios e estados.

Além do conhecimento técnico adquirido, crescem como seres humanos, ressaltando a importância e a valorização da mulher na sociedade. Pois a mulher, trabalhadora rural, está envolvida diretamente em todas as atividades da agricultura familiar, como na bovinocultura de leite, avicultura colonial, horta, pomar, produção de alimentos para a família e venda do excedente, além do trabalho na cultura do tabaco.

Também é protagonista, em muitas propriedades rurais, desenvolvendo atividades que venham agregar renda a família como nas agroindústrias, feiras, artesanatos tornando-se líderes em muitas propriedades.

Os Grupos, quando solicitados, sempre colaboram com outras entidades, como a Liga Feminina de Combate ao Câncer, Hospital Vera Cruz, pessoas doentes, idosos, crianças. Só neste início de ano, para exemplificar, 3 grupos

participaram com o Terno de Reis em suas comunidades e fizeram a doação de R$ 14 mil à Liga Feminina de Combate ao Câncer, o que foi possível com o envolvimento de mais pessoas nas suas comunidades.

As lideranças que vão surgindo e se destacando nos GMR, fazem com que hoje, algumas participantes estão como integrantes de Conselhos, integradas nas Comunidades em que vivem e membros da diretoria da Liga Feminina de Combate ao Câncer de Vera Cruz.

O protagonismo dessas mulheres é o fator principal para a continuidade desse trabalho, bem como a efetivação dos resultados por ele obtidos. Entretanto, cabe ressaltar a importância da ação do poder público em nível de política pública no sentido de fornecer suporte para a organização desses grupos e para as atividades por eles desenvolvidos, destacando-se não só o convênio mantido com a EMATER/RS-ASCAR mas também a necessidade de disponibilização de recursos materiais e instrutores para realização de cursos, oficinas e outras atividades.

3.8.13.2 Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC)

O intuito de criar uma cooperativa surgiu em maio de 2012, a partir de um desejo comum entre produtores do Município, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER/RS-Ascar. A COOPERVEC foi, oficialmente, fundada em 28 de novembro de 2012, regendo-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e estatuto. Atualmente, a coooperativa conta com 84 associados, sendo eles agricultores ou não.

Hoje em dia, a cooperativa tem como principal fonte de comercialização, os mercados institucionais, destacando-se o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE. Porém, também ocupa espaço de feira (que ocorre duas vezes por semana) e um espaço dentro do Mercado Halmenshlager (FIGURA 03). Apesar dos mercados serem restritos nos dias de hoje, a cooperativa trabalha para conquistar novos espaços de comercialização.

FIGURA 03: Mercado Halmenshlager.
FONTE: COOPERVEC, 2018.

O intuito inicial para a criação da cooperativa foi de viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura local, mediante uma organização do setor e, consequentemente, uma valorização do produtor, mas conforme o andamento dos anos a cooperativa vem desenvolvendo trabalho voluntário, colaborando com o Sopão das Marias, cestas para eventos e produtos para casas geriátricas. Assim, a cooperativa vem crescendo de forma horizontal, contendo sócios de várias partes da região, inclusive promovendo a intercooperação com demais cooperativas da região. O crescente crescimento da cooperativa pode ser verificado na TABELA 04.

VALOR MOVIMENTADO	ANO
R$41.926,22	2014
R$145.820,87	2015
R$255.760,10	2016
R$ 337.684,77	2017

TABELA 04: Movimentação Financeira da Cooperativa.
FONTE: COOPERVEC, 2018.

3.8.13.3 Associação dos Apicultores de Vera Cruz (AAPIVERC)

Foi constituída aos 14 dias de Outubro de 1998, as finalidades da Associação são:

a) Promover o desenvolvimento da apicultura no município de Vera Cruz e municípios vizinhos;

b) Fomentar a difusão da apicultura racional;

c) Zelar pela qualidade do mel produzido e comercializado pelos associados através de análise periódicas de qualidade e credenciando os apicultores que se enquadram nos padrões estabelecidos;

d) Facilitar a participação dos associados em feiras, exposições e concursos que divulgam os produtos apícolas;

e) Promover a capacidade técnica dos apicultores associados através de cursos, biblioteca, assessoramento técnico, conferências, encontros e excursões;

f) Facilitar para os associados a produção e aquisição de insumos, matéria-prima e equipamentos necessários ao exercício da profissão;

g) Fomentar o plantio de espécies vegetais melíferas;

h) Promover a análise e troca de experiência entre os associados sobre problemas técnicos, administrativos, financeiros e de comercialização;

i) Prestar serviços de beneficiamento, embalagens e comercialização de produtos apícolas e seus derivados;

o) Desenvolver outras atividades ou implementar serviços que consultem os interesses comuns.

§ 1° - A Associação não visa distribuição de lucros. Devendo aplicar o "Superávit" na manutenção e ampliação de seu Patrimônio visando cada vez mais o alcance de suas finalidades;

§ 2° - O ano fiscal da Associação e o exercício social tem início em 1° de Janeiro e término em 31 de Dezembro de cada ano.

3.8.13.4 Associação dos Produtores Rurais de Alto Ferraz

Constituída em 16 de dezembro de 2011, conta hoje com mais de 25 famílias associadas por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos a que ela se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

Melhorar a qualidade de vida de deus associados em geral, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças, distribuindo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada.

3.8.13.5 Associação comunitária dos Moradores de Alto Dona Josefa (AMADJ)

Criada no dia 14 de janeiro de 2008, a associação com sede em Alto Dona Josefa, Vera Cruz, conta com mais de 30 associados.

3.8.13.6 Associação dos Produtores Rurais de Dona Josefa (7 de Junho)

O doravante simplesmente designada neste estatuto de Associação, com sede e foro neste Município de Vera Cruz, na Linha Dona Josefa, constituída em 01 de setembro de 2011 é uma pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos a que ela se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

I - DOS FINS

Melhorar a qualidade de vida dos seus associados em geral, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças, distribuindo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada;

3.8.13.7 Associação Vera-cruzense de pequenos agricultores camponeses (AVPAC)

A associação foi fundada em 20 de março de 2013 com o propósito de auxiliar os agricultores do município nas mais diversas necessidades. A associação disponibiliza aos agricultores:

1 Caminhão Carroceria

1 Trator Agrícola

1 Batedor de Cereais

1 Roçadeira

1 Arado Subsolador

1 Grade Niveladora

3.9 Caracterização Ambiental

3.9.1 Recursos Florestais

Vera Cruz conta com 10.836,70 hectares (ha) de mata nativa e 5.573,16ha de florestas exóticas. Atualmente, está em vigor o novo Código Florestal, Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que está em fase de preenchimento do Cadastro Ambiental Rural, o qual serve de levantamento eletrônico das áreas rurais, com a finalidade de conhecer a realidade ambiental e regularizar passivos ambientais, assim como buscar um melhor controle, monitoramento e planejamento ambiental para combate ao desmatamento. Neste cadastro, pode-se destacar as informações e mapeamento das áreas protegidas por Lei, onde inclui-se as Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Uso Restrito e Reserva Legal.

3.9.2 Dados Agropecuários

3.9.2.1 Estrutura Fundiária

O Município contém 925 propriedades com menos de 5ha, 991 propriedades entre 5 e 20ha, 248 propriedades entre 20 e 50ha, 30 propriedades entre 50 e 100ha, 7 propriedades entre 100 e 200ha e 4 propriedades entre 200 e 500 ha. A população rural está em torno de 10.663 pessoas, o que corresponde a 44% da população total do município.

3.9.2.2 Ocupação do Solo e principais Atividades Agropecuárias

Segundo SEBRAE (2018), a ocupação do solo com plantas anuais totalizou 11.630 hectares plantados em 2016, com um rendimento médio de R$9.081,00 por hectare. Isso contabilizou um valor de R$105,6 milhões em produção agrícola para o ano. Em 2015, o percentual de área colhida em relação à área plantada foi de 99,59%.

Entre as atividades agropecuárias estratificadas (anuais), destacam-se: Amendoim (10ha), arroz irrigado (1.000ha), batata doce (60ha), batata inglesa (45ha), cebola (20ha), feijão (185ha), fumo (4.000ha), melancia (2ha), milho (5.675ha), morango (2ha), soja (600ha) e tomate (8ha). Além desses, o Município também conta com 100ha com cana de açúcar, 750ha com mandioca e, aproximadamente, 75ha contendo frutíferas.

3.9.2.3 Participação da Agropecuária na Economia Municipal

No Município de Vera Cruz, a agropecuária tem grande importância na economia. Das 2.164 propriedades rurais de Vera Cruz, 95% delas se baseiam no cultivo do tabaco, o que sublinha a importância desta produção para a economia vera-cruzense (SEBRAE, 2018). Além disso, os produtores estão apostando em novas alternativas de produção para diversificar a renda nas propriedades e abrir novos caminhos. Para a safra atual, o clima tem favorecido a produtividade, resultando em safras cheias. A produção de alimentos para a subsistência é outro ponto importante e faz com que, cada vez mais, os agricultores agreguem itens na horta e ampliem suas perspectivas de comercialização de frutas, verduras e hortaliças.

3.9.2.4 Atividades Pecuárias

O crescimento do rebanho de Vera Cruz encontra-se na TABELA 05.

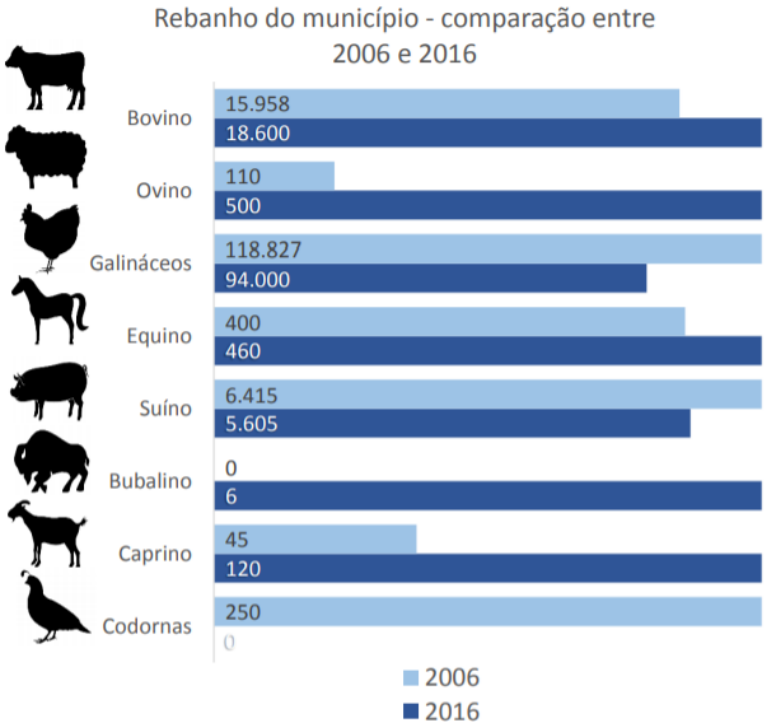


TABELA 05: Crescimento do rebanho do Município de Vera Cruz em 10 anos.
FONTE: SEBRAE, 2018.

3.9.2.5 Valor Bruto da Produção Rural Agropecuária

Os valores brutos da produção rural agropecuária do Município, encontram-se nas TABELAS 06 e 07.

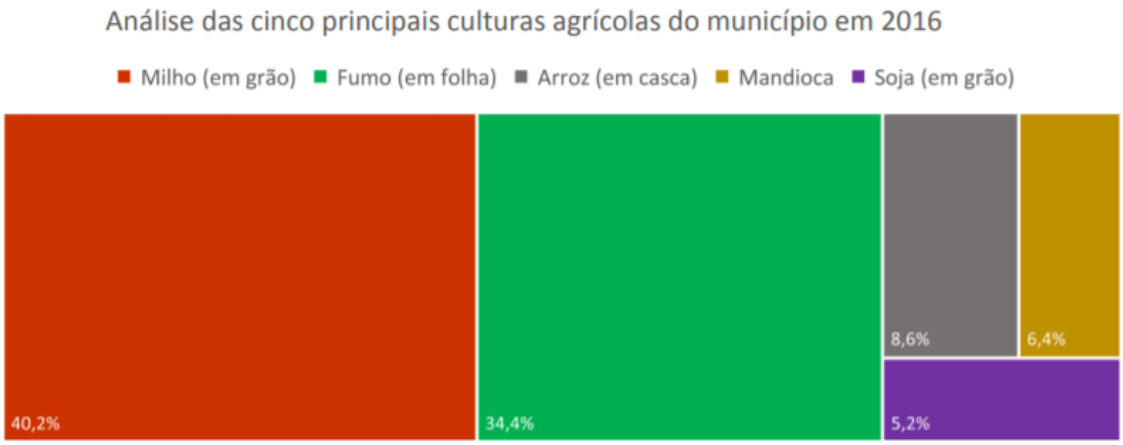


TABELA 06: Principais Culturas Agrícolas do Município.
FONTE: SEBRAE, 2018.

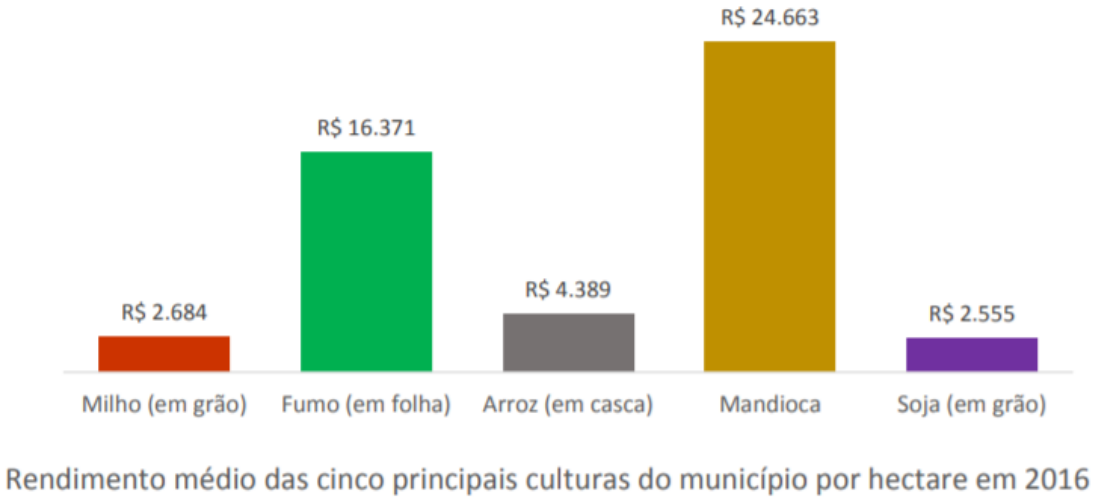


TABELA 07: Rendimento médio das principais Culturas Agrícolas do Município.
FONTE: SEBRAE, 2018.

Entre as diferentes microempresas do Município, destacam-se as citadas na TABELA 08.

Composição do mercado por setor e porte, segundo n° de funcionários, em 2016

Setor	Microempresa	Pequena Empresa	Média e Grande Empresa
Indústria de Transformação	176	12	1
Construção Civil	66	1	
Comércio	497	20	3
Serviços	416	15	4
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca *	20		
Total	1.175	48	8

* Para fins de contabilização, o setor agropecuário é somado na categoria "microempresa".

TABELA 08: Composição das Microempresas do Município.

FONTE: SEBRAE, 2018.

3.9.2.6 Identificação e Descrição das Principais Cadeias Produtivas

As principais cadeias produtivas agropecuárias do Município são a fumicultura, onde seu canal de comercialização são as empresas fumageiras (Multinacionais); o milho, que abastece o mercado varejista local e, ainda, utiliza grande parte para subsistência dos animais nas propriedades; a piscicultura que, através da feira do peixe, mobiliza grande parte dos negócios. Além disso, a produção leiteira também contribui com o mercado, sendo comercializada para cooperativas ou empresas. A horticultura, tanto convencional quanto de produção agroecológica, é direcionada, essencialmente, ao PNAE e Feirão Rural. Na mesma linha, as agroindústrias locais, processam produtos da agricultura familiar. Já, culturas como soja e arroz estão em ascensão nos últimos anos.

3.9.2.7 Infraestrutura da Produção nas Propriedades

Quase que a totalidade das propriedades contam com infraestrutura completa para a cadeia do tabaco. A grande maioria dos produtores conta, também, com arados, grades, micro ou tratores, juntas de bois, pulverizadores, tanto mecanizados quanto costais, semeadeiras, carroças, carretas, ordenhadeiras e resfriadores para os produtores de leite e demais implementos necessários para o desenvolvimento das culturas anuais.

3.9.2.8 Infraestrutura e Serviços Públicos de apoio a Produção/ Processamento/ Comercialização

a) Armazéns – atualmente, não existe nenhum em funcionamento.

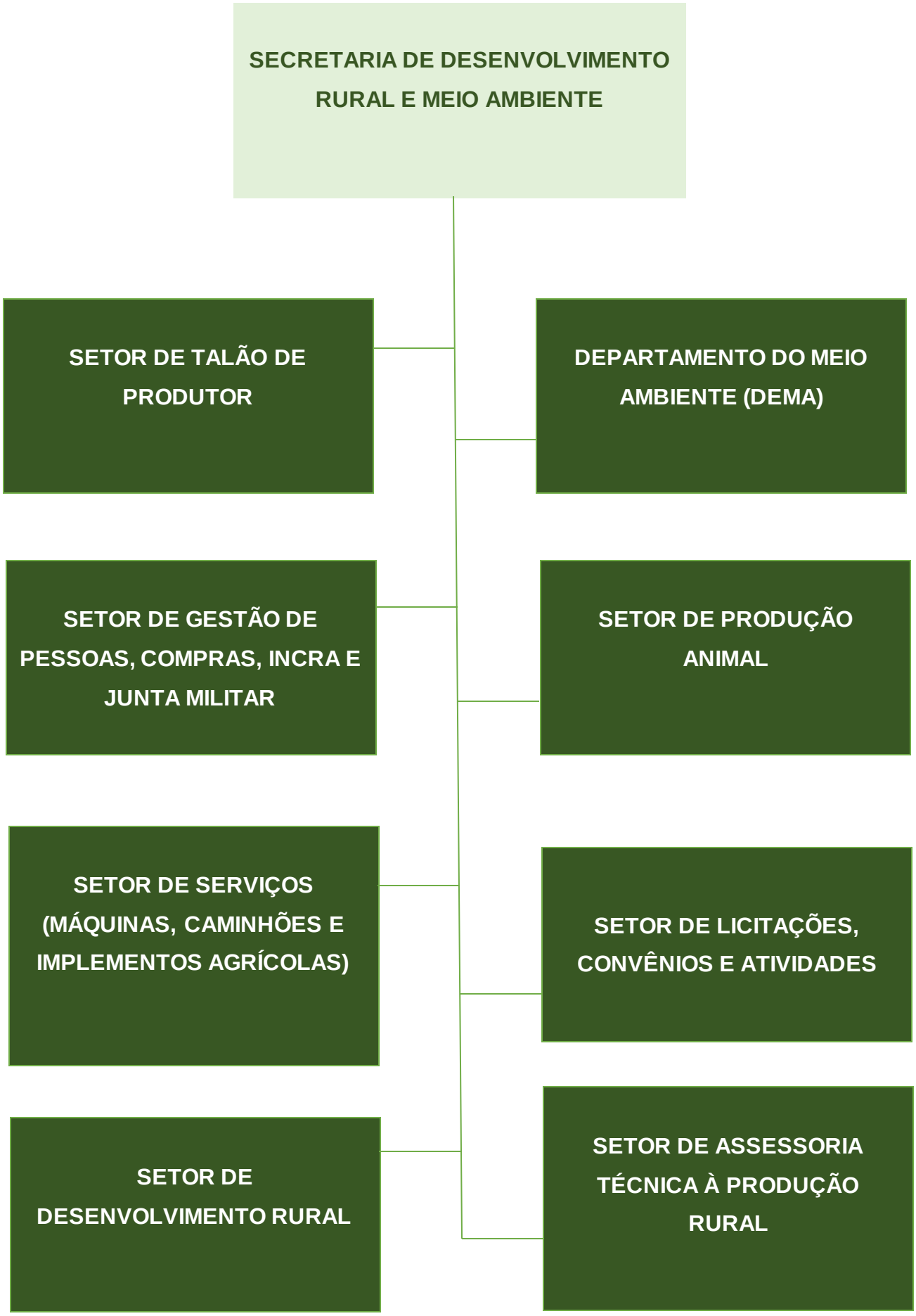
b) Plano Agrícola – atualmente, a Secretaria de Desenvolvimento Rural tem um forte plano de correção de solo, bem como disponibiliza implementos e serviços a preços subsidiados aos produtores rurais.

c) Entrepostos – existem três feiras rurais, com espaços cedidos pelo município, feira da produção, feira do peixe, domingos na praça (pequena comercialização de agroindústria e afins).

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

4.1 Estrutura, Serviços e Funcionamento de Projetos, Feiras e Programas

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SMDR/MA) é formada por treze servidores de carreira, sete servidores em Cargo de Confiança e dois estagiários e apresenta três empresas contratadas para execução de serviços terceirizados. A SMDR/MA presta diversos serviços à comunidade, principalmente da Área Rural, bem como desenvolve projetos e programas voltados ao fortalecimento da atividade agrícola no município. A secretaria é dividida em setores, conforme apresentado no organograma a seguir:


SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
SETOR DE TALÃO DE PRODUTOR
DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DEMA)
SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, COMPRAS, INCRA E JUNTA MILITAR
SETOR DE PRODUÇÃO ANIMAL
SETOR DE SERVIÇOS (MÁQUINAS, CAMINHÕES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS)
SETOR DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E ATIVIDADES
SETOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SETOR DE ASSESSORIA TÉCNICA À PRODUÇÃO RURAL

4.1.1 Setor de Talão de produtor

É responsável, essencialmente, por coordenar as atividades burocráticas relacionadas à comercialização da produção agrícola local e pelo cadastramento de estabelecimentos rurais e fornecimento de talões de notas fiscais de produtor, sob a supervisão e apoio das Delegacias Regionais da Receita Estadual. Neste contexto, os seguintes serviços são realizados:

⇨ Recebimento de documentação dos solicitantes de inscrição do estabelecimento de produtor rural, verificando a sua validade e adequação com a legislação, digitando os dados no sistema SITAGRO (Sistema de Informações Tributárias sobre a Agropecuária) e remetendo, pela internet, as solicitações, assim como comunicar ao produtor o seu deferimento ou indeferimento, orientando-o a sanar as irregularidades, se for o caso;

⇨ Solicitação de novos talões de notas fiscais para os produtores em situação regular, estocando-os na quantidade mínima e entregando-os conforme determinado na legislação;

⇨ Exigência aos produtores da apresentação anual de todos os talões que encontram em seu poder, bem como informar à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, via registro nos sistemas dos dados de todas as transações neles registradas, independentemente de influenciarem ou não a apuração do índice de participação do município no Valor Adicionado Fiscal;

⇨ Verificação periódica da relação dos talões de produtor (inventário);

⇨ Comunicação, ao Plantão Fiscal das Delegacias Regionais da Receita Estadual, eventuais irregularidades em documentos públicos ou particulares, omissões, fraudes, ou qualquer evento ou fato relevante que prejudique o atendimento aos produtores ou que seja contrário à legislação, ou aos princípios da administração pública, assim como eventuais dúvidas quanto à aplicação da legislação às situações concretas;

Além disso, o agricultor que possui Talão de produtor, poderá ser beneficiado, através da Lei Municipal Nº 3.796, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre incentivos à Produção Agropecuária (Nova redação dada pela Lei Nº 3.895, de 10 de julho de 2013). Os seguintes benefícios podem ser solicitados:

Na compra de carros, tratores, máquinas e implementos novos, os produtores conseguem descontos com a apresentação do talão de produtor. Também há benefícios em descontos na conta de luz é beneficiado, pagando mais barato a conta.

4.1.2 Departamento do Meio Ambiente (DEMA)

O Departamento do Meio Ambiente (DEMA), é responsável por todo procedimento administrativo que envolve as questões ambientais do Município. Sendo assim, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O Licenciamento Ambiental é realizado pela equipe técnica do setor, composta por profissionais formados, através de um processo de avaliação preventiva que consiste na avaliação dos aspectos ambientais dos projetos em suas diferentes fases: concepção/planejamento, instalação e operação. O processo de licenciamento se dá em etapas, por meio da concessão das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, e acompanhamento das consequências ambientais de uma atividade econômica ou empreendimento.

Para o Licenciamento Ambiental Municipal, o DEMA segue a Resolução CONAMA nº. 237/97, a Lei Complementar nº. 140/2011, a Lei Estadual nº. 11.520/2000, a Resolução CONSEMA nº. 372/2018 e demais legislações vigentes, havendo um convênio entre o Município de Vera Cruz e a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) que define o Licenciamento Ambiental de impacto local.

Dentro das atribuições do setor, o DEMA, realiza:

a) Protocolos de processos de licenciamento ambiental;

b) Análise técnica de processos ambientais;

c) Vistorias ambientais;

d) Fiscalização ambiental;

e) Conferência em denúncias ambientais;

f) Emissão de pareceres técnicos, relatórios ambientais, licenças ambientais, autorizações, declarações, certidões e alvarás florestais.

Como forma de otimizar os trabalhos, o setor possui convênio com a Central Analítica da UNISC, o que facilita o encaminhamento de amostras de solo de seus munícipes, para posterior análise e resultados.

4.1.2.1 Participação em Conselhos Municipais

O Departamento de Meio Ambiente tem participação ativa em Conselhos Municipais, através de seus membros/dirigentes, que contribuem para a definição dos planos de ação da cidade, através de reuniões periódicas e discussões.

Os conselhos funcionam como organização capaz de estreitar a relação entre o governo e a sociedade civil, a partir da participação popular em conjunto com a administração pública nas decisões que refletem na sociedade. Desta forma, busca-se soluções para os problemas sociais, exercendo-se a democracia e beneficiando-se a população como um todo. O número de conselheiros, ou membros titulares varia de acordo com o tipo de Conselho, mas a sua composição é paritária e definida por decreto. Cada conselho é estabelecido a partir de um projeto de Lei, na qual deverá conter as suas competências e representantes, entre outras informações. O mandato e os representantes também variam de acordo com o conselho. Cada um atua de maneira diferente, de acordo com a realidade local e com a sua especificação. Dentre as suas atribuições inclui-se a defesa dos direitos dos cidadãos.

4.1.2.2 Coleta Seletiva

Durante o ano de 2011, de forma gradual, implantou-se a coleta seletiva em alguns bairros do Município. Atualmente, abrange todos os bairros urbanos e a área rural, obedecendo o trajeto disposto através de calendário específico afixado no setor e disponibilizado à comunidade.

Coleta Seletiva é o serviço que compreende a separação dos resíduos domésticos. Entende-se como a coleta segregada de cada uma das tipologias de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, possibilitando-se assim, a adequada destinação final dos rejeitos, a compostagem dos resíduos orgânicos e a devida reciclagem.

4.1.2.3 Cooperativa de Trabalho de Recicladores na Seleção do Lixo de Vera Cruz (ACOTRALI)

A Cooperativa de Trabalho de Recicladores na Seleção do Lixo de Vera Cruz (ACOTRALI) foi criada no ano de 2011, através do apoio da Metroplan. Atualmente, é composta por quatorze associados. Além de colaborar com o Meio Ambiente, o trabalho fomenta a geração de trabalho e renda, tendo o seu foco no resíduo seco reciclável.

4.1.2.4 Ecoponto

Criado no ano de 2011 para armazenamento de eletrodomésticos da linha branca, bem como resíduos de material eletrônico, pilhas, baterias, pneus inservíveis, medicamentos vencidos e blisters.

Os pneus recolhidos são descartados através de convênio com a Reciclanip (SP). O funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13h às 17h, contando com um funcionário responsável por registrar toda a movimentação de entrada e saída dos materiais.

4.1.2.5 Logística Reversa

Atualmente, o Município conta com a Logística Reversa (Lei Municipal nº. 3907/2013), que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Vera Cruz/ RS e dá outras providências. Logística Reversa é o processo de ações, procedimentos e meios para restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores, para que sejam tratados e destinados de forma ambientalmente adequada, ou, ainda, reaproveitados em seu ciclo ou em outros ciclos de vida de produtos, com o controle do fluxo de resíduos sólidos, do ponto de consumo até o ponto de origem. Seguem o princípio da logística reversa os resíduos especiais, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, embalagens de agrotóxicos e medicamentos vencidos. Há a notificação nos estabelecimentos que comercializam lâmpadas no Município, visando o cumprimento desta logística.

Atualmente, no município ocorre um programa de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, usados nas propriedades rurais, desenvolvido anualmente pelo SindiTabaco e empresas associadas em parceria com a Afubra. Através desse projeto, é possível destinar adequadamente os recipientes vazios

de agrotóxicos, até mesmo os que tenham sido usados em outras culturas além do tabaco.

4.1.2.6 Gincana Ambiental Municipal (anual)

Destinada a todas as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares de 6º a 9º anos, com o intuito de possibilitar aos participantes uma reflexão acerca das questões ambientais nas escolas e na comunidade em geral, estimular os alunos a proteger o meio ambiente, propiciar as crianças o despertar da consciência ecológica e possibilitar uma sensibilização coletiva entre os alunos de diversas escolas. As tarefas trazem consigo o fortalecimento de compromisso e de responsabilidade de cada um, frente ao Meio Ambiente.

A Gincana Ambiental é promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, através de seu Departamento de Meio Ambiente (DEMA), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

4.1.2.7 Palestras de Educação Ambiental e Saúde nas Escolas

Palestras destinadas a estudantes das escolas de Vera Cruz que reforçam a importância do Meio Ambiente na construção de uma sociedade sustentável.

As palestras abordam o tema *"Educação Ambiental, a chave para o futuro"*, com diversos assuntos: Meio Ambiente, Preservação e Conservação dos Recursos Naturais, Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, importância da Água, combate ao mosquito *Aedes aegypti* (Dengue, Chikungunya e Zika vírus) e hábitos sustentáveis.

Realiza-se em parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, por meio do DEMA, de Educação, Obras, Saneamento e Trânsito, através do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), e da Secretaria de Saúde.

4.1.2.8 Projeto de Arborização através de plantio de mudas de árvores nativas e flores

As ações de plantio de mudas de árvores nativas e flores no Município conta com a participação da comunidade escolar e munícipes, visando a reflexão sobre nossas atitudes em relação a essa importante riqueza natural. Estas ações

são encaradas como um momento de mudança de postura e conscientização de que nossos atos afetam as gerações futuras.

Os plantios são realizados em escolas, caminhódromos, calçadas, áreas verdes, praças e parques e contam com a colaboração de diversas secretarias municipais, escolas, comunidades e instituições.

4.1.2.9 Projeto de Arborização da Praça José Bonifácio

Projeto realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, por meio do Departamento de Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito. Entre as ações contempladas neste projeto, destacam-se:

⇨ Substituição de espécies vegetais arbóreas por espécies nativas específicas para calçadas (passeio público);

⇨ Ornamentação com flores e folhagens nas floreiras e pira;

⇨ Acompanhamento técnico para o manejo de formigas;

⇨ Manejo, limpeza, manutenção e capina com retirada de espécies daninhas;

⇨ Programa de identificação e mapeamento de espécies arbóreas existentes;

⇨ Disponibilização de lixeiras.

4.1.2.10 Programa Protetor das Águas

O Programa teve início em 2011 e incentiva produtores rurais a adotarem boas práticas de conservação da água e do solo, atuando na área da sub-bacia Hidrográfica do Arroio Andréas, em Vera Cruz/ RS. Tem como objetivo principal, proteger as nascentes a áreas ripárias às margens do Arroio (FIGURA 04).

FIGURA 04: Nascente protegida pelo Programa Protetor das Águas.
FONTE: Arquivo de Tanise Etges, 2018.

Atualmente, o programa conta com 63 produtores integrados e 144,48 hectares preservados (FIGURA 05).

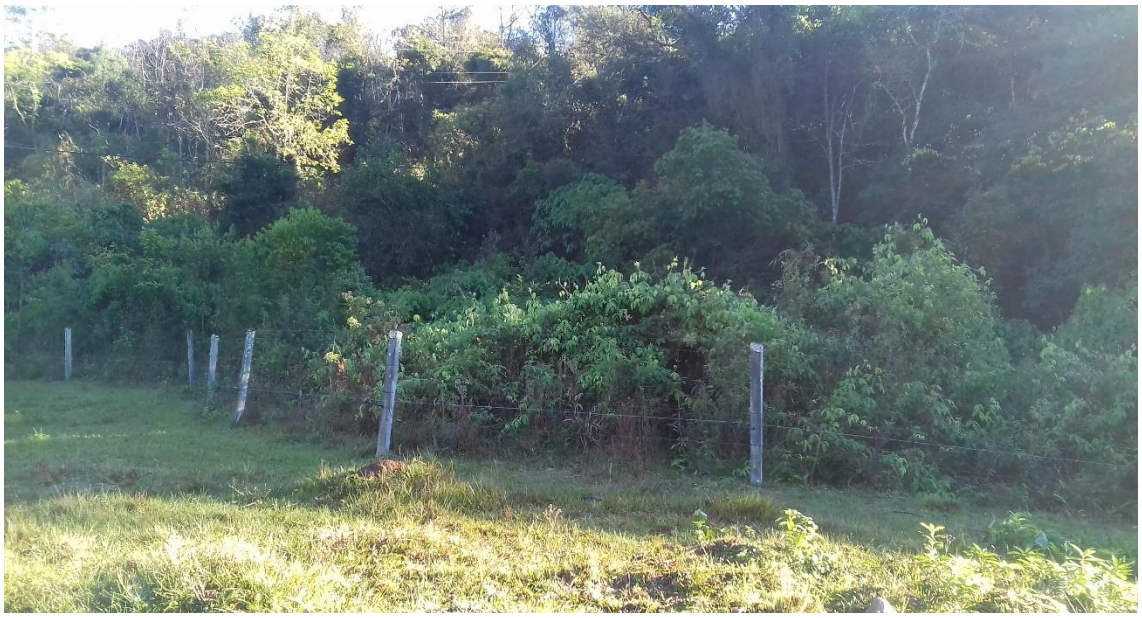


FIGURA 05: Área de preservação do Programa Protetor das Águas.
FONTE: Arquivo de Tanise Etges, 2018.

As análises biológicas e físico-químicas das nascentes garantem resultados qualitativos e quantitativos acerca da qualidade da água da região, possibilitando uma melhora na qualidade de vida da população e gerando

economia ao Município, através da diminuição dos gastos com produtos químicos na Estação de Tratamento.

A iniciativa é pioneira no Estado do Rio Grande do Sul e já foi reconhecida, tendo sido premiada com o 1º Prêmio Boas Práticas da FAMURS em 2016. O Município também recebe, periodicamente, interessados em conhecer o Programa, já tendo atendido gestores municipais gaúchos, brasileiros e, inclusive, estrangeiros.

4.1.2.11 Projeto Verde é Vida

O Projeto Verde é Vida é desenvolvido em parceria com a AFUBRA e tem como objetivo, desenvolver a Educação Socioambiental, através da preservação do ambiente, educação no meio rural, sustentabilidade, diversificação e a valorização dos agricultores. O trabalho é realizado com palestras, pesquisa, experiências, Programas de Sensibilização Ambiental (PSA) e de Ação Socioambiental (PASA), coleta de óleo saturado; bolsa de sementes, grupos ambientais, trabalhos científicos, distribuição de mudas e material didático-pedagógico. O Projeto Verde é Vida trabalha em parceria com municípios, escolas, alunos, professores e a comunidade escolar.

4.1.2.12 Coleta do Óleo Saturado

A coleta do óleo saturado é uma campanha realizada entre o Município e a AFUBRA e conta com a participação de diversas escolas. O óleo saturado é entregue pela comunidade e armazenado nas escolas, sendo recolhido, periodicamente, pela AFUBRA. O montante é destinado à produção de biodiesel e fabricação de sabão pela própria AFUBRA.

4.1.2.13 Programa Comitê Pardo

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo é um órgão deliberativo com força legal, apoiado nas leis 9.433/97 do Governo Federal e pela Legislação Estadual de Recursos Hídricos, lei nº 10.350/94, responsável pela gestão das águas nas Bacias Hidrográficas.

É constituído por 40% dos usuários da água, 40% de representantes da sociedade civil e por 20% de órgãos públicos federais e estaduais, distribuídos em 50 vagas. Estas vagas são divididas em três grupos, subdivididos por

categorias, sendo que a Prefeitura Municipal de Vera Cruz o integra através de algumas de suas secretarias, representadas por um profissional responsável.

O intuito do projeto é buscar proposições de alternativas para melhoria da qualidade das águas, realizar ações de preservação ambiental nos municípios envolvidos, realizar visitas técnicas, palestras e troca de informações entre seus membros.

As reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê, ocorrem de dois em dois meses e são realizadas nos municípios da Bacia.

4.1.2.14 Projeto Redenção do Pardo

O Projeto Redenção do Pardo é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Vera Cruz (através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - DEMA e Educação) e a Rede de Educação Ambiental do Pardo – Redenção, com o objetivo de formar multiplicadores na área de educação ambiental, através de reuniões mensais, palestras, capacitações, oficinas, visitas técnicas, apoio a elaboração de projetos e produção de informativos abordando temas ambientais, que visam atualizar e capacitar, de forma contínua, os seus participantes. Dessa maneira, oportuniza-se a troca de experiências e a comunicação entre os servidores públicos, profissionais, educadores, estudantes e comunidade dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. A partir dessa rede, é possível manter um canal de ligação com os educadores no sentido de ampliar seus conhecimentos para promover ações práticas de acordo com a realidade vivenciada *in loco*, no dia-a-dia.

4.1.2.15 Projeto Educação em Saúde Ambiental: Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Este Projeto visa a captação de recursos em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, para contemplar a Educação Ambiental no Município, com o objetivo de fortalecer o programa de coleta seletiva e reciclagem desenvolvido pelo Município com o apoio da ACOTRALI, realizando a inclusão social e ajudando na sustentabilidade socioambiental das comunidades e garantindo a devida destinação dos resíduos sólidos do Município. Também tem como foco, ações de educação em saúde ambiental no município e aquisição de kits de lixeiras e composteiras a serem

instaladas em todos os educandários e prédios públicos, bem como contêineres de coleta nas ruas centrais. Através das palestras e oficinas ministradas, toda a comunidade pode conhecer e entender sobre a classificação dos resíduos e colaborar com a separação dos mesmos.

4.1.3 Setor de Gestão de Pessoas, Compras, INCRA e Junta Militar

Neste setor, planeja-se as operações de compras, tendo em vista a elaboração anual do orçamento da Secretaria, para posterior elaboração do orçamento anual Municipal. Nestes itens, inclui-se a aquisição de materiais de expediente, produtos de limpeza e higienização, equipamentos, maquinários, móveis, utensílios e eletrodomésticos, veículos, máquinas, caminhões, implementos agrícolas, entre outros.

Em relação a Gestão de Pessoas, realiza-se o controle de efetividade para folha de pagamento dos servidores, bem como, o controle da concessão de adiantamentos, diárias, jornada de trabalho, horas extras e o respectivo controle da frequência dos servidores de carreira, dos cargos de confiança e dos estagiários.

O serviço de atualização de cadastros de imóveis rurais, também é disponibilizado pela secretaria, aos interessados, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Enquanto município de população predominantemente rural, a referida Secretaria realiza o Alistamento Militar obrigatório anual dos jovens aptos ao Serviço Militar, juntamente com o 7º Batalhão de Infantaria Blindado, Regimento Gomes Carneiro de Santa Cruz do Sul/ RS.

4.1.4 Setor de Produção Animal

4.1.4.1 Serviço de Inspeção Municipal – SIM

O Serviço de Inspeção Municipal de Vera Cruz, foi criado no ano de 2003 e teve sua lei e decreto revisados em 2018. Atualmente, o serviço fiscaliza 6 agroindústrias de produtos de origem animal, sendo elas: dois micro-abatedouros, ambos de suínos e bovinos, três fábricas de embutidos e um entreposto de mel. Em processo de registro, uma fábrica de embutidos e uma granja avícola.

Compete ao serviço de inspeção municipal a fiscalização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e coleta de amostras para análise laboratorial como suporte às ações de inspeção higiênico-sanitária. Além disso, planejar, coordenar, supervisionar, normatizar e promover a execução dos programas e ações do SIM, bem como promover a articulação com a vigilância sanitária no combate a clandestinidade de produtos de origem animal.

É prestado a comunidade, pelo veterinário do SIM, a coleta e envio de exames em equinos para as doenças Mormo e Anemia Infecciosa Equina (AIE).

O serviço de inspeção municipal da SMDR/MA tem a seguinte estrutura: coordenação do serviço de inspeção municipal por um Médico Veterinário nomeado por concurso público; sala e carro próprio para uso do SIM.

4.1.4.2 Serviço de Inseminação Artificial

A SMDR/MA, é responsável pela coordenação, incentivo e execução da prática de inseminação artificial de bovinos e suínos, com o objetivo de obter a melhoria genética do rebanho. O Município possui empresa terceirizada que realiza a inseminação dos animais através de profissional técnico, promovendo acompanhamento e avaliação da reprodução decorrente. O Município também fornece, gratuitamente, aos produtores rurais que solicitarem, sêmen para inseminação artificial de bovinos e suínos, sendo que é de responsabilidade do produtor o pagamento pelo deslocamento e serviço do inseminador (Lei Municipal Nº 3.796, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre incentivos à Produção Agropecuária).

O setor mantem cadastro e registro do número de animais inseminados e responsável por todas as informações necessárias para a implantação de estatísticas necessárias.

4.1.5 Setor de Serviços de Máquinas, Caminhões e Implementos Agrícolas

Através de requerimento, o produtor rural interessado, pode solicitar a locação dos implementos e máquinas agrícolas da prefeitura, tais como: tratores, ensiladeiras, distribuidores de calcário e composto orgânico, plantadeiras, batedor de cereais, pá carregadeira, roçadeiras, entre outros (Lei Municipal Nº

3.796, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre incentivos à Produção Agropecuária - Nova redação dada pela Lei Nº 3.895, de 10 de julho de 2013).

Além disso, disponibiliza-se serviços de hora-máquina de retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora, mediante solicitação prévia e posterior pagamento pela execução dos serviços, conforme tabela de valores especificados pelo Decreto Nº 4.833, 05 de janeiro de 2015. Como finalidade, utiliza-se os maquinários para melhorias nos acessos às propriedades rurais, abertura de valetas nas lavouras, destocamentos, terraplenagens, abertura de açudes (atividade de psicultura), drenagens, entre outras.

Também são fornecidos materiais como cascalho, brita e terra, bem como é realizado o transporte até a propriedade rural do interessado (FIGURA 06).

FIGURA 06: Fornecimento de materiais para o acesso às propriedades rurais.
FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, 2018.

Fica permitido ao Município a realização gratuita de serviços de máquinas para o enterro de animais, além de serviços com caminhões e equipamentos rodoviários para abertura, conservação e encascalhamento de estradas de acessos até as unidades produtivas, sendo considerados como incentivo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e para fixação da família ao meio

rural (Lei Municipal Nº 3.796, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre incentivos à Produção Agropecuária - Nova redação dada pela Lei Nº 3.895, de 10 de julho de 2013). Para os demais serviços aos agricultores, os benefícios referentes aos serviços de máquinas, retirada e transporte de cama de aviário, transporte de terra e cascalho, previstos na legislação vigente, terão como incentivo o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor (Decreto Nº 4.833, 05 de janeiro de 2015).

Os produtores rurais que observarem as recomendações técnicas, poderão receber como incentivo, o transporte de calcário até o limite individual de 18 t (dezoito toneladas) observada a distância de origem até 75 km (setenta e cinco quilômetros) da sede do Município (Lei Nº 3.796, 15 de janeiro de 2013).

Também aos produtores rurais ecologistas cadastrados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente que optarem pelo uso de composto orgânico para produção ecológica, poderão receber como incentivo, o transporte de matéria orgânica ou composto orgânico, até o limite individual de 02 (duas) cargas, desde que observem as recomendações técnicas fornecidas pelos técnicos municipais ou empresas conveniadas (Lei Nº 3.796, 15 de janeiro de 2013).

Para a realização dos serviços disponibilizados, o maquinário da Prefeitura localiza-se no Parque de Máquinas da Secretaria e é composto por:

- 03 caminhões caçamba basculante com capacidade de carga de 6m³;
- 01 caminhão caçamba basculante com capacidade de carga de 12m³;
- 04 retroescavadeiras;
- 02 tratores agrícolas;
- 02 escavadeiras hidráulicas;
- 01 motoniveladora.

O número médio de atendimentos anuais é de, aproximadamente:

- 1600 hs máquina (retroescavadeira e escavadeira hidráulica), incluindo-se terraplanagem, abertura e conservação de açudes, serviços em lavoura, acessos a propriedades rurais e enterro de animais;
- 750 cargas de cascalho, incluindo-se britão e areia, usados para acessos a propriedades e caminhos de lavouras;

➪ 300 cargas de terra, utilizada para aterro de construções;

➪ 700 toneladas de composto orgânico;

➪ 2200 toneladas de calcário, servindo como incentivo, sem custo de frete aos produtores.

4.1.6 Setor de Licitações, Convênios e Atividades

Este setor é responsável por coordenar e elaborar as licitações da Secretaria, juntamente com o Secretário Municipal da pasta e com o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Manutenção de alguns programas, projetos, atividades e organização de palestras técnicas e visitação de campo com produtores, também são de responsabilidade deste setor, especialmente focando atividades ou culturas como:

4.1.6.1 Bovinocultura Leiteira

O apoio técnico da secretaria, bem como da EMATER/RS-Ascar aos produtores de leite, tem por objetivo a melhoria da produtividade leiteira no Município de Vera Cruz.

O Município, já apresentou no passado, uma produção leiteira mais significativa. No entanto, a atividade vem crescendo, especialmente, nos últimos seis anos, contanto com 645 cabeças (bovinocultura leiteira) em produção, tendo atingido uma produção de 2.818.725 Litros/ ano, onde participam 41 produtores. O trabalho da extensão baseia-se na necessidade de qualificação do rebanho, melhoramento de pastagens e introdução de variedade de pastagens perenes com a finalidade de reduzir o custo da produção. Também, segue-se enfatizando na qualidade e na quantidade de água disponibilizada para o rebanho, já que se observou uma influência significativa no processo produtivo dos animais devido a esses dois fatores. O pastoreio rotativo também ajuda a aumentar o nº de

FIGURA 07: Grupo de produtores de leite do Município no centro de treinamento da EMATER em Teutônia.
FONTE: EMATER/RS-Ascar, 2018.

animais nas propriedades, já que a média das áreas não passa de 12,5 há por unidade familiar. A melhoria genética do plantel vem, há alguns anos, com apoio do Município, que oferece inseminação artificial, através do pagamento do deslocamento do inseminador. Também preza-se a adequada sanidade do rebanho e do processo de ordenha, resfriamento e transporte do leite.

Como estratégia de trabalho, são feitas visitas continuas nas propriedades assistidas, e também são realizadas dias de campo, onde conta-se a participação maciça dos produtores, e com visitas técnicas para troca de experiências para os produtores. Promove-se a motivação e a capacitação dos produtores nos centros de treinamento da EMATER, tanto nas áreas de higiene da ordenha, qualidade do leite, melhoramento de pastagens, melhoramento do rebanho, alimentação em geral, tratamento sanitário e inseminação artificial.

4.1.6.2 Psicultura

A produção de peixes no Município, resume-se no consumo interno da propriedade como subsistência, sendo que alguns agricultores exploram no comércio concentrado, principalmente, no período da Páscoa (Semana Santa), onde o produto é oferecido em feiras e venda direta na taipa dos açudes.

Buscando melhorar a renda familiar, estão sendo desenvolvidas alternativas de produção, primeiramente, utilizando-se os tanques e a produção existente nas propriedades. Além disso foi criado a feira mensal do peixe, onde conta com pescadores profissionais e produtores, pois em parceria consegue m atender as demandas dos consumidores, com isso, ocorre um importante avanço no processo de comercialização e aproveitamento da produção existente, transformando-a em receita imediata. Paralelo ao comércio existe um grupo de mais de 30 produtores que, juntos, somam mais de 25há de área alagada com 123 tanques. Os mesmos recebem visitas da Extensão Rural onde são repassadas informações de número de alevinos nos viveiros, alimentação, qualidade da água e importância de aproveitamento das áreas, muitas vezes, abandonadas. O Município, em contrapartida, apoia na organização e divulgação da feira. É comercializado, mensalmente, um volume em torno de 150 a 200kg de peixe eviscerado, filé, postas e pastéis, ofertando-se todas as espécies procuradas pelos consumidores.

A merenda escolar recebe peixes de fora do Município, pois o mesmo não possui abatedouro de peixes legalizado, impossibilitando os produtores regionais a oferecer aos alunos da rede escolar peixes do próprio Município. Assim, há uma importante necessidade de estudar, planejar e organizar um programa que contemple a cadeia produtiva, na sua totalidade, criando estratégias Legais para o ciclo que se inicia na produção, passando pelo fomento (distribuição) e processamento (abatedouro de peixes), até chegar, por fim, na sua comercialização, que se dá através de transporte refrigerado para feiras, merenda escolar e mercados locais.

4.1.6.3 Programa Estadual Troca-Troca de Sementes de Milho

O programa de semente de milho troca-troca, vem sendo executado para aquele que tem o talão de produtor e não tem dívida com a prefeitura, os pedidos são efetuados na secretaria. Em 2017 foram 1600 sacas que o município entregou a 712 produtores, entre safra e safrinha, o produtor pode pegar até 4 sacas e participar dos dois programas safra e safrinha, o valor da semente é de R$ 152,00 reais, por tanto o estado paga 28% e o produtor paga o restante que é de R$ 109,44 todos os contratos passam pela aprovação do conselho, COMDER.

O Município de Vera Cruz caracteriza-se por possuir formado de pequenas propriedades, onde plantam fumo e na sequência plantam milho para a alimentação dos animais, como boi de canga, gado de engorda e leiteiro, galinhas e porcos e etc. Essa alimentação do rebanho é de extrema importância, pois dos mesmos sairá o alimento básico para as famílias.

A perda na armazenagem é muito grande devido ao ataque de ratos carunchos e umidade, por isso desde a década de 80 o trabalho vem se intensificando pelo órgão de extensão para possibilitar as famílias, maior renda através da venda do excedente que deixam de

FIGURA 08: Silo para secagem de grãos, com estrutura de alvenaria.
FONTE: EMATER/RS-Ascar, 2018.

perder por armazenamento inadequado. Estamos trabalhando com o sistema de Silo Secador que achamos ser o mais eficiente e economicamente, mais viável para os produtores, pois o produtor vai colhendo conforme a capacidade da família e armazena direto no silo.

A EMATER orienta quais as alternativas para as famílias, desenvolvendo o projeto do silos, também em caso de necessidade de financiamento elaboram projeto técnico que seja mais viável à propriedade. O município tem muito potencial para aumentar e melhorar a qualidade de secagem e armazenagem, porém ainda à pouco interesse em investimentos nesse setor.

4.1.6.4 Projeto Pastagens

Através do apoio ao desenvolvimento do leite gaúcho e pecuária familiar pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, o município formou convênio com a Secretaria Estadual, onde foram adquiridos insumos para melhoramento de pastagem, sendo:

- ⇨ 4.250 kg de sementes de azevém;
- ⇨ 10.200 kg de semente de aveia preta;
- ⇨ 850 sacas de adubo NPK 5-20-20;
- ⇨ 850 sacos de ureia.

FIGURA 09: Entrega do Kit pastagem ao produtor Maurício Petry.

FONTE: SMSR/MA, 2017.

Os itens foram disponibilizados para 85 agricultores familiares, todos produtores de leite no município de Vera Cruz, os quais foram indicados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Cada agricultor recebeu os itens para implantar e melhorar 02 hectares de pastagem, sendo: 50 kg de sementes de azevém e 120 kg de aveia preta; 10 sacas de adubo NPK 5-20-20 e 10 sacas de ureia.

4.1.6.5 Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público, eletrônico, de abrangência nacional feito junto ao órgão ambiental competente. Criado pelo Novo Código Florestal Brasileiro, Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, o registro é obrigatório para todos os imóveis rurais e tem como finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Atualmente, o município tem 2.170 propriedades cadastradas, com quantidade de 27.741,61 há.

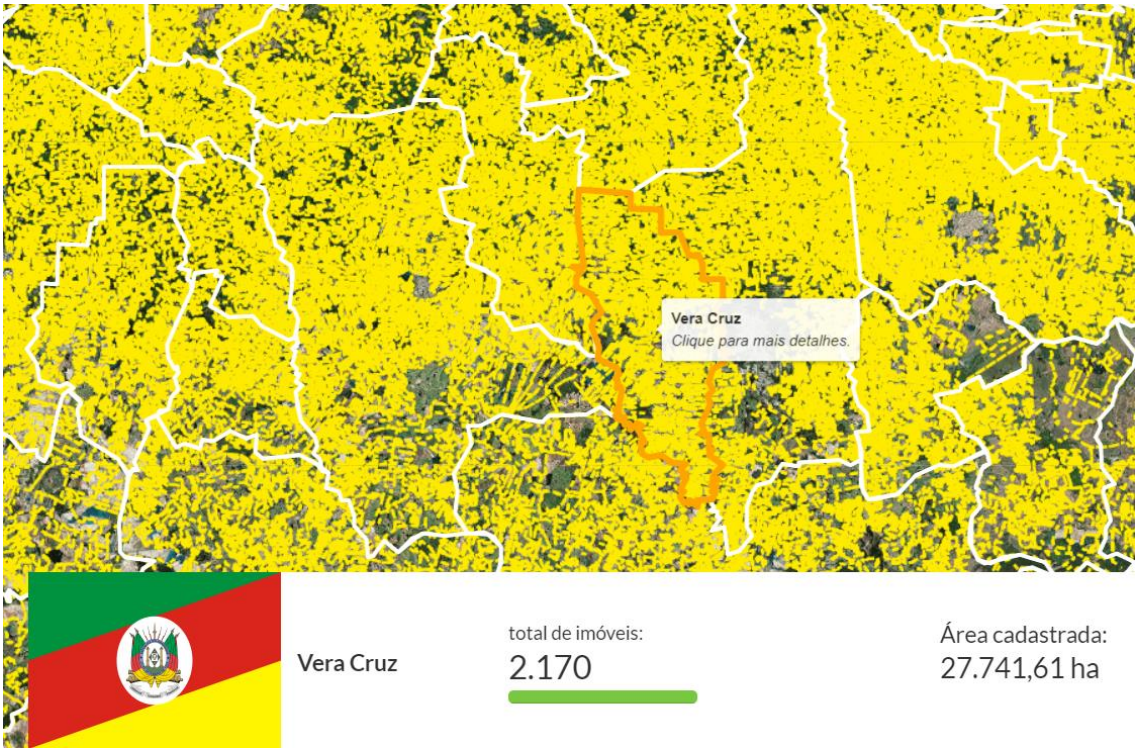


FIGURA 10: Total de declarações, destacando-se o Município.

FONTE: http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index. Acesso em out/ 2018.

4.1.6.6 Feiras

O Município organiza diversas feiras ao longo do ano, em parceria com a EMATER/RS-Ascar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz (STR), Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer. Entre elas, a mais esperada é a Feira da Produção, voltada, essencialmente, a valorização da produção rural familiar. Ocorre, anualmente, durante 3 (três) dias junto a Praça José Bonifácio do Município e recebe cerca de 20 mil visitantes. A programação da festa conta com atrações culturais, shows e demais atividades. Existe, também, a venda de espaços comerciais para a Feira, que conta com a participação de mais de 100 expositores, entre agroindústrias, artesãos, comércio e indústria.

FIGURA 11: Feira de Artesanato.
FONTE: Município, 2018.

FIGURA 12: Agroindústria de Massas.
FONTE: Município, 2018.

FIGURA 13: Produtores na Feira da Produção.
FONTE: Município, 2018.

FIGURA 14: Produtores na Feira da Produção.
FONTE: Município, 2018.

FIGURA 15: Produtores na Feira da Produção.
FONTE: Município, 2018.

Para isso, o Município dispõe de verbas empenhadas de Emendas Parlamentares, no valor de R$ 500.000 para a construção do Pavilhão das Agroindústrias, junto ao parque Municipal de Eventos e, portanto, para o ano de 2019 a Feira deverá ser realizada no local, dada a conclusão da obra.

Além disso, Vera Cruz, por fazer parte do Arranjo Produtivo Local (APL) de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, conta com apoio técnico e financeiro para as agroindústrias participantes de feiras e eventos voltados a agricultura familiar, como também através de convênios com a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul. O APL envolve um aglomerado de empreendimentos em determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante que compartilham formas de cooperação e algum mecanismo de governança, cujo objetivo é buscar, por meio da cooperação entre empresas, produtores, comunidades e instituições públicas e privadas, ganhos econômicos que aumentem a eficiência produtiva e a renda de empresas, produtores e trabalhadores, refletindo, assim, no desenvolvimento da sociedade (Fonte: http://www.aplvrp.com.br/, outubro 2018).

A Feira da COOPERVEC também é realizada junto a Praça Municipal José Bonifácio, no centro da cidade, semanalmente, aos sábados pela manhã.

Ao todo, 8 associados vendem seus produtos vindos, diretamente, da agricultura familiar.

FIGURA 16: Feira da Praça.
FONTE: COOPERVEC, 2018.

FIGURA 17: Feira da Praça.
FONTE: COOPERVEC, 2018.

FIGURA 18: Feira da Praça.
FONTE: COOPERVEC, 2018.

A Feira da COOPERVEC foi inaugurada em 08/04/2017, contando com 8 estandes, contendo os mais diversos produtos dos associados entre, embutidos, verduras, panifícios, rapaduras, mel e melado.

O Feirão Rural é realizado no Bairro Arco Íris, junto ao prédio do Espaço do Produtor, pertencente ao Município, com uma área de aproximadamente 350 m². Conta com 15 produtores, nos mais diversos seguimentos de produtos, entre

eles: embutidos, derivados de leite, verduras, hortaliças, hortifrutigranjeiros, pães, bolachas, peixes, melados, etc. Ocorre semanalmente, às sextas-feiras, das 15 às 19 horas.

FIGURA 19: Feirão Rural.
FONTE: SMDR/MA, 2018.

Já, a Feira Rural ocorre em anexo ao prédio da SMDR/MA, região central da área urbana, e conta com a participação de 01 (uma) agroindústria de embutidos e de 01 (um) produtor rural (feirante). Nesta feira, há a venda de verduras, hortaliças, pães e bolachas, entre outros. Ocorre semanalmente, às quartas-feiras, no turno da tarde, entre às 15 e às 19 horas.

Existe, ainda, a Feira do Peixe, criada em setembro de 2017, com o intuito de promover a atividade de psicultura no Município, e visando uma nova fonte de renda aos psicultores, através da Secretaria e entidades parceiras já citadas. Cinco psicultores participam da feira, que ocorre, mensalmente, na última quinta-feira de cada mês. Neste dia, comercializa-se em média 200 kg de peixe, das mais variadas espécies, tais como carpas, tilápia, jundiá e traíra. As vendas ocorrem na comunidade, junto ao Feirão Rural, do Bairro Arco Íris.

De forma mais relevante, acontece a Feira do Peixe anual, que antecede a Sexta-feira Santa. Nesta feira, todos os piscicultores do município podem participar, pois há uma grande demanda na procura de peixes.

Existe, ainda, feiras ou festividades fora do Município, onde há a participação de agroindústrias de Vera Cruz, como por exemplo EXPOAGRO, OKTOBERFEST, EXPOINTER e outras.

4.1.7 Setor de Desenvolvimento Rural

Setor responsável por articular as políticas, planejamento, normatização, coordenação e supervisão das atividades desenvolvidas pelas associações e cooperativas organizadas do Município, desenvolvendo ações engajadas com outros setores, para o fortalecimento das mesmas, através do auxílio técnico a seus cooperados e associados, na produção de seus manufaturados.

Auxilia as associações e cooperativas para a ampliação de mercados através da orientação e execução, como exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trabalho este desenvolvido em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, para fornecimento da Merenda Escolar para as escolas municipais.

4.1.8 Setor de Assessoria Técnica à Produção Rural

Setor responsável pelo assessoramento técnico a todas as áreas da Secretaria, no que se refere a tecnologias, comunicação, projetos, programas e planejamento.

4.1.8.1 Isenção do IPTU

Dentre as funções executadas, realiza-se a elaboração de pareceres e laudos técnicos de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Conforme Lei N° 1393 de 24 de janeiro de 1996 atualizada em 27 de setembro de 2005 passando a ser N° 2700, as áreas localizadas na zona urbana do Município, com características de exploração extrativo vegetal, agrícola, pecuária, agroindustrial ou com cobertura de mata nativa, não terão incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem com estas características. A condição da não incidência será comprovada por laudo emitido por técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

4.1.8.2 Agroindústrias

Em relação às Agroindústrias existe, atualmente, 21 Agroindústrias Familiares cadastradas no Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), programa este criado pelo governo estadual através da Lei 13.921 de 17 de janeiro de 2012, que instituiu o selo de certificação Sabor Gaúcho, buscando possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorar a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico a nível municipal, regional e estadual. Este trabalho é realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, em parceira com EMATER/RS-Ascar.

O PEAF oferece a seus beneficiários assistência técnica, financiamento para investimento (Feaper), material técnico, qualificação profissional, selo Sabor Gaúcho e apoio à comercialização, entre outros benefícios.

Atualmente, grande parte dos agricultores envolvidos na atividade de agroindústria são ex produtores de tabaco que visualizaram no processamento das matérias primas excedentes na propriedade, a oportunidade de geração de trabalho e renda como diversificação frente a cadeia produtiva e dependente do fumo, bem como uma possível sucessão familiar para os jovens inseridos nestas Unidades Produtivas Familiares. Existe um grande número de agroindústrias de derivados de cana-de-açúcar onde fabrica-se melado batido (produto tradicional da cultura alemã), rapaduras e schimiers, devido a parte do município (Dona Josefa) possuir um microclima favorável ao desenvolvimento desta cultura.

Não obstante, busca-se a organização dos agricultores familiares, a valorização do trabalho coletivo, promoção e fomento, implantação e legalização de agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, bem como a promoção da segurança alimentar e nutricional da população, buscando-se assim, incremento à geração de trabalho e renda.

FIGURA 20: Produtos da Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar.
FONTE: EMATER/RS-Ascar, 2018.

FIGURA 21: Produtos da Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar.
FONTE: EMATER/RS-Ascar, 2018.

Além disso, também existem Políticas Públicas Municipais, que favorecem os produtores locais. Como exemplo, cita-se o Fundo Rotativo Municipal, cujo objetivo é fomentar a implantação e legalização das agroindústrias familiares, no qual possibilita-se os agricultores a acessar investimentos para implantação/regularização dos empreendimentos através da compra de equipamentos e/ou maquinários que auxiliem a sua correta legalização e comercialização.

Também disponibiliza-se serviços através do convênio com a Emater/RS-Ascar, entidade que operacionaliza o PEAF, oferecendo serviços de assistência técnica e extensão rural de forma contínua, planejada e gratuita, desde o surgimento do empreendimento, passando pelas fases de implantação e construção (elaboração de projetos arquitetônicos/técnicos personalizados, plantas) e regularização (suporte e apoio para legalização sanitária e ambiental junto aos órgãos competentes), auxiliando desde a oferta de cursos e capacitações, projetos Feaper, elaboração de rótulos, fichas nutricionais, código de barras, gerenciamento de custos, até chegar ao objetivo final da legalização que é a comercialização (acesso a inscrições em feiras), possibilitando-lhes a venda em diversos tipos de mercados, sejam eles em feiras, mercados institucionais (PAA e PNAE), mercados particulares, etc.

Em agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal, os estabelecimentos são dirigidos diretamente por agricultores do

próprio grupo familiar com meios de produção próprios, ou mediante contrato de parceria. A produção deve abranger desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto, sendo realizada com o trabalho predominantemente manual e deve agregar aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confiram identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais.

As agroindústrias do Município estão relacionadas na TABELA 09.

TIPO DE AGROINDÚSTRIA	AGROINDÚSTRIA (Nº)	PRODUÇÃO	PRODUTORES ENVOLVIDOS Nº	PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS
Derivados de Cana-de-Açúcar	12	192.000 Kg/ano	35	Melado batido, rapaduras e schimier colonial
Produtos Cárneos	3	115.000 Kg/ano	7	Embutidos e defumados
Entrepostos Ovos	1	3.000 DZ/mês	2	Ovos de galinha
Panificação/ massas	2	105.000 unidade/ano	10	Massas caseiras, pães, cucas, bolos, etc.
Produtos Apícolas	2	30.000 Kg/ano	15	Mel
Polpas e Sucos	1	Variável conforme feiras	2	Sucos de diversas frutas
Processamento Mínimo	1	1.500 Kg/ano	1	Aipim descascado e congelado

TABELA 09: Agroindústrias do Município.

Fonte: EMATER/RS-Ascar, 2018.

Dentre as Agroindústrias citadas, encontram-se, devidamente legalizadas no Município, as seguintes (TABELA 10):

TIPO DE AGROINDÚSTRIA	AGROINDÚSTRIA (Nº)	PRODUÇÃO	EMPREGOS
Derivados da Cana-de-açúcar	7	140.000 Kg/ano	25
Produtos Cárneos	3	115.000 Kg/ano	10
Entreposto Ovos	1	3.000 Dz/mês	2
Panificação/ Massas	2	105.000 unidade/ano	12
Produtos Apícolas	1	15.000 Kg/ano	15
Polpas e Sucos	1	Variável conforme feiras	2
Processamento Mínimo	1	1.500 Kg/ano	2

TABELA 10: Agroindústrias legalizadas no Município.

Fonte: EMATER/RS-Ascar, 2018.

4.1.8.3 PAA

Outra forma de Assessoria Técnica se dá através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizado em parceria com EMATER/RS- Ascar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi inserido no município em 2018 e é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

FIGURA 22: Programa de Aquisição de Alimentos.

FONTE: Secretaria do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, 2018.

Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Os produtos destinados à doação são oferecidos para pessoas carecidas, em um total de 100 cestas mensais, sendo elas 50 da CONAB e 50 da SDR RS, em um valor total de R$ 200.000,00. Cada agricultor possui um limite anual de venda e os valores não devem ultrapassar o dos mercados locais.

No município, atualmente somente os agricultores familiares, portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf estão acessando esse programa.

O PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Atualmente, com instituição da modalidade de PAA "Compra Institucional", na qual Cooperativas da Agricultura Familiar podem concorrer em chamadas públicas para fornecimento de alimentos para instituições federais como unidades das forças aradas, universidades e hospitais, e a constituição de convênios com o Governo do Estado e com a CONAB, estão sendo executados 4 projetos de venda através do PAA.

As operações através do PAA em Vera Cruz são possíveis graças a uma atuação conjunta de diversas instituições, tanto dos agricultores quanto do poder público municipal, destacando-se as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a de Educação e a de Ação Social, A EMATER, o STR e principalmente a COOPERVEC, que hoje congrega e organiza todos os agricultores que vendem através do programa.

4.1.8.4 PNAE

Além desses, também destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que vigora no Brasil desde 1954, com o objetivo de melhorar os hábitos alimentares, a condição nutricional e a capacidade de aprendizado do aluno. O PNAE é mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cuja verba é enviada ao município para atender ao número de alunos matriculados nas escolas públicas e privadas de cunho filantrópico nas diferentes categorias de ensino (Creche, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Mais Educação). Em 2013, foi regulamentada a resolução n° 26 de 17 de Junho

de 2013, que exigiu dos municípios que faziam uso do programa, a compra mínima de 30% de itens oriundos da agricultura familiar. Desde lá, o Município de Vera Cruz, atende à Resolução, sendo que em 2017, o Município gastou 96,3% do recurso federal com itens da agricultura familiar, sendo desses, quase 68% da agricultura do próprio Município.

4.1.8.5 Projeto Hortas/ Despertar

Outro projeto que se destaca entre as ações municipais de assessoria técnica é o Projeto Hortas Escolares/Projeto Despertar, iniciado em 2009 e que, desde então, ocorre anualmente, iniciando-se as atividades nos primeiros dias de aulas e estendendo-se até o final do ano letivo, com acompanhamento de duas vezes por semana, sempre nas segundas-feiras e quartas-feiras durante o período da tarde, especificamente, das 13:00 às 16:00 horas. Fazem parte do projeto, nas oficinas de jardinagem e educação ambiental, cerca de 20 meninos e 25 meninas, totalizando 45 alunos. Ambas as oficinas ocorrem paralelamente, atendendo-se, nas segundas-feiras, aulas com os meninos e, nas quartas-feiras, aulas com as meninas, realizando-se tanto atividades práticas quanto teóricas.

Nas aulas práticas de educação ambiental, realiza-se a avaliação do solo utilizado para o plantio, correção do solo, manejo do solo, semeadura e transplante de mudas de hortaliças, controle de ervas daninhas, através de capina manual, adubações de base e de cobertura, irrigação, quando necessário, colheita das hortaliças, descarte dos restos da produção, e por fim, preparação do solo para novo plantio. Já, nas aulas teóricas, aborda-se tudo o que acontece na prática, relevando-se a importância do alimento saudável para a saúde, métodos de preparo, correção e conservação de solo, plantio, tratos culturais, irrigação, adubação e colheita, além da conscientização sobre saúde e segurança do trabalhador, bem como proteção da criança e do adolescente (FIGURA 23).

Na oficina de jardinagem, trabalha-se a parte de embelezamento do pátio escolar, onde construiu-se uma fonte. Também, realiza-se o plantio de flores e folhagens, realizando-se todo o preparo do solo, tratos culturais, adubação e irrigação e, sempre que necessário, realiza-se a limpeza do pátio da escola.

FIGURA 23: Projeto Horta Escolar da Escola Jacób Blesz.
FONTE: Secretaria do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, 2018.

Com uma avaliação positiva deste projeto, idealiza-se a reprodução das referidas atividades em outras escolas do Município, visto que as crianças se mostram efetivamente motivadas nas atividades realizadas, querendo sempre reproduzir nas suas casas, tudo o que aprendem nas oficinas. Além disso, utiliza-se a produção das hortaliças na merenda escolar e, o que sobra do excedente, os alunos podem levar para casa e consumir um alimento saudável sem o uso de agrotóxicos. Outro ponto que se destaca positivamente, é o florescimento das flores que fazem o embelezamento da escola em um curto espaço de tempo, o que encanta toda a comunidade escolar.

A SMDR/MA apresenta diversos programas em parceria com a EMATER/RS-Ascar, intermediando a encomenda de aves (pintos), alevinos, mudas de bananeiras, mudas de árvores frutíferas e de sombra aos produtores locais, conforme interesse próprio e orientação técnica.

4.1.8.6 Fundo Rotativo

O Município possui o Programa Fundo Rotativo que é um instrumento de repasse de recursos cujos objetivos são:

a) Incentivar novos projetos no setor agropecuário, visando a diversificação de atividades dentro da pequena propriedade rural, sem descuidar dos já existentes;

b) Fomentar projetos dentro do setor agroindustrial, as propriedades e comunidades rurais;

c) Fortalecer preferencialmente associações para rurais e/ou grupos produtores;

d) Incrementar projetos que visem a recuperação e preservação do meio ambiente.

O FUNDAVEC (Fundo Municipal da Agricultura de Vera Cruz) financia empreendimentos, preferencialmente, associativos e/ou grupos de produtores, desde que estejam inseridos dentro dos objetivos, até o valor de 350 sacas de milho de 60kg, por produtor beneficiado, estabelecido pelo preço mínimo vigente, ou na falta deste, pelo preço médio de mercado da região.

Quando o projeto for coletivo, o valor será o somatório de 350 sacos de milho de 60 kg, por participante, até o limite de 3.500 sacos de milho de 60 kg por associação.

Poderão habilitar-se ao financiamento, os produtores rurais, proprietários ou não, que explorem ou detenham a qualquer título de domínio ou direito de uso de área não superior a 50 ha, que residam em área rural, que tenham na atividade agropecuária, no mínimo 80% de sua fonte de renda e que participem com seus familiares ou dependentes da valorização da atividade produtiva.

Após a liberação dos recursos, deverão ser emitidos três laudos:

a) de supervisão;

b) de assistência técnica;

c) de avaliação.

As amortizações deverão ser feitas no prazo máximo de quatro anos.

Caberá ao CAF (Conselho Administrativo do FUNDAVEC), ouvido o COMAVEC (atual COMDER, aguarda alteração), estabelecer o número de parcelas, a data dós vencimentos e a forma dos pagamentos dos recursos recebidos pelo tomador, dentro do limite estabelecido.

Havendo intempéries não controláveis que inviabilizem o pagamento no prazo estipulado, será realizada uma vistoria técnica ao projeto financiado, pela

Emater, SAFE e CAF, para avaliar *in loco* os prejuízos e estudar a prorrogação das amortizações do financiamento, após ouvido o COMAVEC.

O pagamento do financiamento deverá ser efetuado diretamente na Secretaria de Finanças, em moeda corrente nacional, no sistema equivalência-produto (milho).

Para garantia do financiamento o tomador dará em hipoteca ou penhora, bens de sua propriedade de valor mínimo equivalente ao do financiamento, que serão liberados após o pagamento da dívida.

5 DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO (ANÁLISE PARTICIPATIVA COM A COMUNIDADE)

5.1 Análise das Cadeias Produtivas

Para a cadeia do tabaco, pode-se citar como benefício o alto valor da receita em relação a pequena propriedade (área). Como dificuldade, os produtores estão enfrentando a falta de mão de obra familiar e o elevado custo para a colheita.

Na cultura do milho, grande parte da produção é plantada na resteva do fumo, possibilitando a alimentação dos animais que são para consumo nas propriedades, porém um fator negativo é a questão de armazenamento, devido ao período da colheita. Por ser o plantio um pouco tardio, a colheita já em meados do outono, o que acaba dificultando a secagem do grão e acarretando problemas de fungos. Para as agroindústrias, existe a grande possibilidade da não dependência no cultivo de fumo, o que possibilita a diversidade de atividades no meio rural, seja como produção vegetal e animal.

Na cultura da soja, a expectativa é boa nos últimos anos em relação ao aumento na cotação do grão, porém em pequenas propriedades como existe em Vera Cruz, há a dificuldade na questão da mecanização e aumento de área para a cultura se tornar mais rentável. No cultivo de hortaliças, vem existindo o grande incentivo por parte da Secretaria de Desenvolvimento Rural, bem como da EMATER, para diversificação em relação ao fumo e, também, devido à necessidade da pouca área exigida para a implantação de estufas, bem como a produção agroecológica. O fator negativo é o custo inicial, fatores climáticos e a capacitação dos produtores, o que contribui para melhorar a produtividade e se tornar competitivo no mercado. Para a produção leiteira, também existe a possibilidade de renda mensal, porém questões de disponibilidade de pasto e baixo preço pago ao produtor vem contra o incentivo à esta produção.

Hoje a pecuária (criação de bovinos e ovinos) é voltada para a produção de subsistência, porém com um grande potencial de se tornar uma atividade mais rentável na pequena propriedade, porém necessita de melhorias de manejo alimentar para que se possa chegar a uma escala comercial mais satisfatória.

5.2 Análise Geral do Município

A área rural do Município é, predominantemente, formada pelo cultivo do fumo, mas existem outras atividades agropecuárias que estão ganhando destaque para possibilitar a diversificação em relação a monocultura do tabaco. Dentre essas atividades, destaca-se as agroindústrias, pecuária de leite e de corte, olericultura e a piscicultura.

Atualmente, as propriedades rurais encontram-se em fase de adequação ambiental, por intermédio da inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural.

A área rural é abastecida por serviços primários, como postos de saúde e escolas, porém a população necessita de melhores condições de fornecimento de energia elétrica, internet (meios de comunicação) e segurança, além de maior estímulo aos agricultores através de Políticas Públicas, que visem, principalmente:

a) Avaliação das dificuldades das principais cadeias produtivas: as maiores dificuldades enfrentadas nas cadeias produtivas do município são a falta de planejamento da produção, falta de organização dos produtores, endividamento por grande parte dos agricultores e falta de interesse na busca de qualificação profissional;

b) Avaliação das oportunidades/potencialidades das principais cadeias produtivas.

Dentre as características produtivas do Município, destacam-se: grande potencial para crescimento da produção orgânica, região atrativa pela logística para escoamento da produção, trabalho conjunto de entidades e instituições para beneficiar os produtores, possibilidade de renda para pequenos produtores.

5.3 Dificuldades das Principais Cadeias Produtivas

APICULTURA	
Dificuldades	Manejar o enxame.
Causas	- Manter uma rotina de acompanhamento; - Uso incorreto e excessivo de agrotóxicos.
Efeitos	- Pouca produtividade; - Grande número de mortalidade.
Ações Propostas	Incentivo no melhoramento genético das abelhas-rainhas, para melhor produção de mel, pólen ou própolis.

ARROZ	
Dificuldades	- Alto custo com mecanização e insumos; - Necessita de área de plantação maiores; - Grande demanda de água.
Causas	- Pouco retorno nos altos investimentos; - A grande maioria são pequenas áreas; - Pouca água.
Efeitos	- Não tendo retorno financeiro, devido às pequenas áreas; - Dependência do clima.
Ações Propostas	Fazer mais açudes para estoque de água, não dependendo apenas dos recursos naturais.

BOVINOCULTURA DE CORTE	
Dificuldades	- Perda de fertilidade do pasto; - Dificuldade em encontrar alternativas viáveis para substituição da cama de frango.
Causas	Manejo inadequado da pastagem.
Efeitos	- Baixa rentabilidade; - Degradação ambiental.
Ações Propostas	- Estimular e incentivar o manejo sustentável do pasto, com adequação ambiental das propriedades; - Encontrar alternativas para substituição da cama de frango na suplementação alimentar; - Promover a organização do setor.

BOVINOCULTURA LEITEIRA	
Dificuldades	Oscilação do preço do leite, baixa produtividade, mão de obra continua.
Causas	- Desconhecimento das políticas públicas e formas de acessá-las; - Deficiências de manejo de alimentação e genética.
Efeitos	- Baixa lucratividade; - Degradação ambiental dos pastos.
Ações Propostas	- Promover um programa de divulgação e acessibilidade às políticas públicas; - Promover assistência técnica para produtores interessados e multiplicadores do sistema; - Ampliar formas de organização dos produtores para implantação de infraestrutura capaz de aumentar o valor agregado do leite.

CANA-DE-AÇÚCAR	
Dificuldades	- Adequação ambiental das propriedades; - Preços baixos para a cana colhida.
Causas	Cumprimento da legislação ambiental.
Efeitos	- Diminuição da degradação ambiental; - Geração de áreas impróprias para o plantio da cana; - Necessidade de organização maior entre os fornecedores para possibilitar a colheita da safra.
Ações Propostas	- Apoiar pequenos produtores, fornecedores de cana, em ações que possam viabilizar sua adequação ambiental; - Apoiar e buscar alternativas de produção sustentável que possam substituir a cana para produtores interessados; - Apoiar e estimular movimentos para a organização dos fornecedores.

HORTIFRUTIGRANJEIROS	
Dificuldades	- Poucos produtores interessados em produzir orgânico; - Baixa organização entre os produtores; - Inviabilização da produção devido à baixa produção, clima, altos custos de logística e dificuldade de comercialização.
Causas	Falta de conscientização da população em relação aos benefícios gerados pelo consumo de alimentos orgânicos. A maioria dos produtores desacredita na possibilidade de produção econômica devido a falta da garantia de compra dos produtos.
Efeitos	Poucas vendas, pouca produção e pouco interesse do produtor para iniciar na atividade.
Ações Propostas	- Promover atividades de conscientização sobre os benefícios da produção de alimentos; - Apoiar e estimular ações de compra direta entre produtor e consumidor.

MILHO	
Dificuldades	- Baixa remuneração obtida; - Melhorias das condições de fertilidade de solo.
Causas	- Pouca organização entre os produtores; - Dificuldade de agregar valor ao produto.
Efeitos	- Alto custo de produção; - Atividade secundária.
Ações Propostas	Organizar os produtores de milho para elaborar estratégias de agregação de valor no produto produzido, aperfeiçoando a atividade.

PSICULTURA	
Dificuldades	- Baixa qualidade de água; - Quantidade escassa de peixes; - Baixa organização entre os produtores; - Baixa remuneração do produto; - Despesca só em uma determinada época.
Causas	- Falta de correção do solo e da água dos tanques; - Alimentação; - Baixa procura pelos consumidores.
Efeitos	- Baixa remuneração; - Falta de oferta de produto em todas as épocas.
Ações Propostas	- Ampliar a formação de grupo organizado de pescadores, organizando produção e oferta de produto; - Fomentar espaços e oportunidades de comercialização; - Diagnosticar e implantar sistema de tanque rede; - Incentivo na regularização sanitária e ambiental.

SOJA	
Dificuldades	- Alto custo em mecanização; - Alto custo de produção; - Taxa elevada de juros no custeio das lavouras.
Causas	- Pequenas propriedades; - Altos investimentos em equipamentos e insumos; - Alta taxa de juro nos financiamentos.
Efeitos	- Pouco volume produção se tratando nas pequenas áreas; - Pouca lucratividade.
Ações Propostas	Buscar capacitação para os produtores para elaborar um processo enxuto, produzindo mais com menos, visando mais lucratividade.

TABACO	
Dificuldades	- Produtores estão enfrentando a falta de mão de obra familiar e o elevado custo para a colheita e variação nos insumos; - Valor de venda sem padrão.
Causas	- Os jovens não querem permanecer no campo, então precisa pagar mão de obra de fora da propriedade, aumentando assim, o custo sobre o produto; - Alto custo com insumos; - Compra dependendo da classe que a empresa necessita.
Efeitos	- Pouca lucratividade; - Alto risco com o clima.
Ações Propostas	Devido ao alto valor da receita em relação a pequena propriedade (área), incentivar o produtor a ter outra renda além do fumo, dentro da propriedade.

5.4 Avaliação das Oportunidades/ Potencialidades das principais cadeias produtivas

ARROZ	
Oportunidades/ Potencialidades	- Produto de alimentação essencial que integra a cesta básica nacional; - Preço acessivo ao consumidor.
Por quê não explora	- Redução de consumo; - Senso comum que o arroz causa obesidade; - Normas ambientais e uso da água; - Altas taxas de juros para custeio das lavouras; - Precariedade da infraestrutura elétrica.
Efeitos da exploração	- Exaurimento dos recursos naturais, água e solos; - Grande degradação dos implementos agrícolas.
Ações Propostas	- Conscientização do uso correto dos recursos naturais; - Disciplinar o uso da água; - Construção de reservatórios de águas; - Elaboração.

AVICULTURA	
Oportunidades/ Potencialidades	- Formação de associações e cooperativas para organização do setor; - Formação de novo mercado com a venda correta da cama de frango como fertilizante.
Por quê não explora	- Comodidade dos produtores na forma de produção integrada com grandes abatedouros; - Falta de organização e informação do setor em relação ao uso da cama de aviário.
Efeitos da exploração	- Baixa rentabilidade para os produtores do setor; - Problemas ambientais e jurídicos no uso inadequado da cama de frango.
Ações Propostas	- Estudo, divulgação e estímulo para a destinação correta da cama de frango; - Estímulo a formação de organização do setor para iniciar um processo de maior autonomia da cadeia produtiva.

BOVINOCULTURA DE CORTE	
Oportunidades/ Potencialidades	- Aproveitamento de campos nativos; - Alto nível genético dos animais; - Consumo de alta quantidade de carne, também lucro com o beneficiamento do couro nas indústrias calçadistas; - Há diversas ações que poderiam melhorar a produtividade e reduzir a degradação ambiental; - Organização do setor para diminuição de custos e sanar as dificuldades.
Por quê não explora	- Historicamente os produtores não fazem o manejo sustentável das pastagens e não se organizam em grupos; - Dependente de campos nativos que cada vez tem mais escassez.
Efeitos da exploração	Melhorar a rentabilidade através dos campos nativos. Porém, há uma degradação nos campos.
Ações Propostas	- Estímulo e incentivo do manejo sustentável do pasto e adequação ambiental das propriedades; - Encontrar alternativas para manter os campos nativos, através da correção do solo. - Promover a organização do setor.

BOVINOCULTURA LEITEIRA	
Oportunidades/ Potencialidades	- Leite, uma bebida muito consumida pela população, de fácil comercialização; - Com base de leite é feito bebidas lácteas também muito consumidas; - Proporcionando renda para permanência no campo de produtores.
Por quê não explora	- Pouca organização coletiva dos produtores de leite; - Pouco acesso a crédito rural, pouco acesso às políticas públicas disponíveis; - Manejo diariamente de manhã e a tarde.
Efeitos da exploração	- Bastante tempo dedicado a produção; - Degradação e compactação dos solos; - Exaurimento dos animais.
Ações Propostas	- Apoiar a divulgação de políticas públicas disponíveis aos produtores rurais (crédito rural, entre outros); - Estudo e apoio de práticas que possam reduzir o custo de logística da produção de leite; - Aumento da produção de derivados lácteos; - Incentivar para criação de uma associação, com espaço físico para beneficiarmos o nosso próprio leite.

CANA-DE-AÇÚCAR	
Oportunidades/ Potencialidades	- Boa demanda no mercado; - Possibilidade de aproveitamento da cana para gerar garapa, rapadura e cachaça de maior valor agregado.
Por quê não explora	- Comodidade na venda da cana para agroindústrias; - Pouco conhecimento e confiabilidade no processamento da cana e comercialização de processados da cana.
Efeitos da exploração	Viabilização econômica de pequenos produtores.
Ações Propostas	- Apoiar e buscar alternativas de produção sustentável que possam substituir a cana ou agregar valor a ela (processamento) para produtores interessados; - Apoiar e estimular movimentos para a organização dos fornecedores.

HORTICULTURA ORGÂNICA	
Oportunidades/ Potencialidades	Município com potencial para crescimento do consumo de produtos orgânicos.
Por quê não explora	Pouca demanda e conscientização dos consumidores.
Efeitos da exploração	Diversificação das culturas, benefícios ambientais e sociais, gerados pela produção orgânica familiar.
Ações Propostas	- Promover atividades de conscientização e divulgação da produção orgânica; - Apoiar a construção de hortas urbanas orgânicas para divulgação e disseminação de técnicas de produção orgânica.

MILHO	
Oportunidades/ Potencialidades	Possibilidades de beneficiamento.
Por quê não explora	- Os produtores de milho produzem e comercializam individualmente; - Dependência às grandes empresas de insumos agrícolas.
Efeitos da exploração	- Baixa rentabilidade e desestímulo de produção; - Danificação de recursos naturais, com uso errado e excessivo de agrotóxicos.
Ações Propostas	- Estimular uma cooperação entre os produtores para comercialização da produção com processamento do milho; - Buscar e reintroduzir novas variedades de milho mais rústico e adaptado as condições locais, em substituição aos híbridos.

PSICULTURA	
Oportunidades/ Potencialidades	- Mercado próximo e crescente; - Políticas públicas favoráveis.
Por quê não explora	- Baixa capacidade de comercialização; - Desconhecimento das políticas públicas;
Efeitos da exploração	Aumento de mercado e crédito disponível.
Ações Propostas	- Divulgação de políticas públicas; - Formação de grupo organizado para melhorar comercialização dos produtos.

SOJA	
Oportunidades/ Potencialidades	Desenvolvimento socioeconômico, com conversão do valor bruto da produção em investimentos essenciais ao crescimento econômico e qualidade de vida da população regional, um dos grandes geradores de empregos.
Por quê não explora	- Oscilações climáticas; - Tem rendimento econômico inferior a vários produtos agrícolas.
Efeitos da exploração	Desmatamento e degradação dos solos, erosão, assoreamento e em alguns casos desertificação e quadro crítico quanto há disponibilidade de recursos hídricos devido a irrigação.
Ações Propostas	- Assistência técnica nas propriedades; - Elaborar grupos de trabalho, objetivo é fazer com que os agricultores estejam interagindo buscar otimização do processo gerencial do ambiente interno e externo.

TABACO	
Oportunidades/ Potencialidades	- Grande gerador de emprego nas empresas do setor do tabaco e propriedades rurais; - Grande valor de produção em pequenas áreas.
Por quê não explora	- Alto custo de produção e de mão de obra. Dependendo das empresas do setor do tabaco, que compram seguindo o padrão de fumo apenas do que eles precisam; - Campanhas contra o cigarro.
Efeitos da exploração	Pode causar algum problema de saúde.
Ações Propostas	- Disponibilizar tecnologias orgânicas; - Desenvolver a cultura dando prioridade ao uso de produtos biológicos e utilizar somente usar agrotóxico registrado no ministério da Agricultura.

6 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

a) Melhoria nas condições do sistema viário do município, para facilitar o transporte da produção e deslocamento de pessoas e veículos;

b) Melhoria da estrutura de atendimento da patrulha agrícola, viabilizando maior e melhor atendimento nas propriedades rurais;

c) Busca de novas tecnologias visando a maior produtividade na agricultura familiar, geração de renda e postos de trabalho no meio rural;

d) Redefinir e adequar a legislação vigente com vistas a incrementar o apoio aos produtores rurais do município desenvolvendo ainda mais o meio rural, aumentando a qualidade de vida e a renda deste público e fomentar programas e serviços essenciais prestados aos agricultores;

e) O objetivo é incrementar cada vez mais a renda e incentivar a permanência das famílias, em especial os jovens, no campo;

f) Desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável embasado nos conceitos de prevenção de contaminação de solo e água, o uso racional do solo e da água, conscientização sobre os benefícios e malefícios do uso de agrotóxicos e agroecologia;

g) Fortalecimento de ações voltadas à recuperação do solo e da preservação ambiental como um todo;

h) Incentivo à produção agroecológica e a diversificação das atividades agropecuárias;

i) Maior apoio aos produtores organizados, cooperativas e associações organizadas;

j) Fortalecimento da assistência técnica no meio rural;

k) Apoiar comercialização dos produtos oriundos das propriedades rurais, para proporcionar incremento da renda e qualidade de vida;

l) Apoiar ações que destacam a importância das agroindústrias familiares e o agro turismo, manutenção de infraestrutura no interior, tais como, pavimentação das estradas, energia elétrica trifásica, telefonia e internet de forma a criar incentivo a sucessão rural.

6.1 Objetivos

O plano busca fortalecer a participação e organização dos produtores, conscientização da preservação ambiental, diversificação das atividades agropecuárias, geração de renda e postos de trabalho na área rural, como estratégias fazer reuniões de apoio técnico para a formação e capacitação dos produtores. Busca-se recursos ou meios para viabilizar a adequação ambiental, aumentar a divulgação e estimular a participação dos produtores no COMDER. Além disso, visa promover ações de capacitação técnico e econômica para as cadeias produtivas.

7 AÇÕES PLANEJADAS

7.1 Infraestrutura Rural

Procura-se a implantação de ações que melhorem as condições no meio rural, na prestação de serviço, melhorias no sistema viário, incremento de novas tecnologias e apoio técnico para fortalecimento e aumento da produção.

7.1.1 Mecanização Comunitária Agrícola

Ampliar a estrutura do órgão responsável, da patrulha agrícola e mecanização comunitária incentivando o aumento e a diversificação da produção com a aquisição e disponibilização de implementos para o uso coletivo, viabilizando o acesso a um número maior de produtores. Importante o enfoque na estruturação de equipamentos necessários ao desenvolvimento das mais diversas atividades (produção de forragens; preparo e descompactação de solo, por exemplo) e de agroindustrialização, projetos de interesse sócio-econômico e diversificação de culturas como a bovinocultura, piscicultura, avicultura, bem como atividades de construção de açudes, produção de forragens, preparo e descompactação de solo, terraplanagem, entre outros.

Aquisição de mais máquinas e equipamentos agrícolas, devido a grande demanda atual existente. Procura-se a implantação da patrulha agrícola dividida por regiões do município, para melhorar o atendimento e evitar o grande deslocamento pelas estradas do município das máquinas e equipamentos agrícolas existente atualmente. Aquisição de equipamentos agrícolas para as Associações de Produtores Rurais do município, visando aumento de produção nas propriedades rurais (destinação através de cessão de uso).

7.1.2 Melhorias nas Estradas Rurais, Bueiros, Pontes e Renovação da Frota

Melhoria do sistema viário visando facilitar o deslocamento e escoamento da produção. Faz-se necessário a renovação periódica da frota de máquinas motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhões, roçadeiras, além da aquisição e licenciamento de nova área para extração de material a ser utilizado na recuperação das estradas gerais, bem como acessos e melhorias nas propriedades. Anualmente devido as condições climáticas que trazem grandes

precipitações de volumes dágua, ocorrem seguidos restauros em bueiros e pontes.

7.1.3 Melhorias na Eletrificação Rural

Encaminhar adequações junto aos setores responsáveis pela disponibilização de energia elétrica no meio rural do município, tendo em vista o aumento da demanda com a utilização de equipamentos que proporcionam melhor qualidade de vida aos produtores e necessários para incrementar a produção e agilizar a execução dos trabalhos, gerando consequentemente maior geração de renda o que em muitos pontos do município não se viabiliza pela carência na oferta de energia elétrica, principalmente de rede trifásica.

Busca-se, também, a implementação de energias sustentáveis no meio rural, como a energia da luz solar, transformando-a em energia elétrica, através da instalação de painéis fotovoltaicos, entre outros.

7.1.4 Pavimentação de Estradas

A qualificação do pavimento em áreas estratégicas da zona rural será realizada com bloquetes, asfalto, asfalto ecológico, entre outras formas de pavimentação, e é indispensável, principalmente, devido a ao grande aglomerado de moradores, existência de agroindústrias, ESFs, escolas e interligação a localidade e a outros municípios. O município possui projeto em andamento para pavimentação da Estrada Geral de Linha Henrique Dávila com extensão de cerca de 12 km.

7.1.5 Melhorias no Turismo Rural

Nesses termos urgem como prioridades iniciais:

a) Identificar e fomentar o desenvolvimento do turismo em propriedades ou localidades rurais as quais reúnam o conjunto de condições pré-estabelecidas para o recebimento de turistas e visitantes;

b) Agregar na oferta do produto turístico já existente no município, alicerçado no turismo de balneários e eventos, o turismo rural através da pluriatividade, fumicultura, apicultura, produção das agroindústrias e o projeto Protetor das Águas;

c) Proporcionar para o público geral, prestadores de serviço e consumidores do turismo, da existência de atrativos turísticos nos limites municipais com placas de indicação nos espaços de circulação de grande fluxo (RSC-287);

d) Elaborar ferramentas de identificação, avaliação e segmentação de público-alvo para ofertar produtos atrativos específicos para diferentes demandas, seja para visitantes autônomos, escolares / técnicos e grupos de turistas;

e) Disponibilizar em eventos promovidos pelo município, espaço de divulgação e ou comercialização de produtos do campo, seja com venda direta pelos produtores interessados ou com intermediação do poder público e terceiro setor;

f) Elaborar materiais de divulgação (panfletaria) dos produtos das agroindústrias para distribuição em eventos regionais nas quais o Município de Vera Cruz tenha possibilidade de participar.

7.2 Geração de Renda e Agregação de Valor ao Produto

Aumento de produção, ganhos de produtividade e agregação de valor no processo produtivo, nos produtos e nos estabelecimentos. Ampliar a capacidade de gestão produtiva e de comercialização, fortalecendo a cooperação. Avançar na adequa doação de regras e normas de produção, processamento e comercialização. Ter cada vez mais inserção das iniciativas privadas e aproveitar os mercados institucionais.

7.2.1 Qualificação das Feiras

Desenvolver e aproximar a agricultura familiar, com o mercado consumidor, favorecendo circuitos curtos de comercialização, sem extensas redes de intermediários. Fomentar a divulgação. Dessa forma, os consumidores, podem conhecer a procedência dos produtos que estão adquirindo tornando a relação de compra e venda mais segura e pessoal.

7.2.2 Cooperativas e Associações

Incentivar o desenvolvimento das cooperativas e associações através da ampliação de pontos de vendas, estruturando e promovendo feiras, inserção e permanência nos Mercados Convencionais institucionais (PAA e PNAE).

Priorizar a aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar e projetos sociais, possibilitar o acesso a especialização continuada dos associados e assistência técnica especializada na área de interesse.

Facilitar o acesso a recursos para construções, aquisição de equipamentos e/ou reformas de locais para processamento e armazenamento da produção dos associados.

Auxiliar na logística de entrega dos produtos e aquisição de veículo para transportes de carga. Viabilizar o acesso a tecnologias de informações. Possibilitar formas de entretenimento nas comunidades do meio rural.

7.2.3 Manutenção de Programas e Projetos

Ampliar o fomento para a diversificação de atividades agropecuárias no município com disponibilização de meios para alavancar áreas de interesse socioeconômico, destacando a manutenção do programa troca-troca de sementes de milho, aquisição de aves (pintos), mudas frutíferas, alevinos, transporte de calcário para correção do solo. Além de incentivar a mobilização para a manutenção e adesão aos convênios dispostos pelas esferas federal e estadual, agregando fortalecimento ao setor primário do município em diversos setores.

O fortalecimento das parcerias com o APL – Arranjo Produtivo Local, CISVALE, bem como visando atuar em consonância com o Planejamento Estratégico de Desenvolvimento elaborado pelo COREDE Vale do Rio Pardo, buscando a construção de novas alternativas e incrementar as existentes, destacando também o incentivo a diversificação da produção e das atividades no setor primário.

A rastreabilidade da produção primária nas mais diversas cadeias produtivas, já exigida em alguns mercados, necessita de atenção nos próximos anos para manter o produto local apto as exigências de comercialização e consumo.

7.2.4 Adesão do Serviço de Inspeção Municipal ao SISBI-POA e/ou SUSAF

Visando melhorar a qualidade dos produtos que são fabricados no Município e aumentar o público consumidor com o crescimento de acesso ao mercado local, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, juntamente com o SIM, buscam adesão em sistemas de equivalência na inspeção de produtos de origem animal, como o SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) e/ou SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Estes possibilitariam a comercialização dos produtos locais a nível estadual e/ou federal, respectivamente.

7.2.5 Apoio à Produção Leiteira

Buscar capacitação através de cursos, palestras e visitas técnicas, com foco na gestão de produção e propriedade, apostando em melhoramento da genética, manejo e alimentação através de implantação de pastagens perenes, fazendo o produtor ter mais produtividade por animal e qualidade no produto, também agregando uma melhor geração de renda, fortalecendo a propriedade rural, fortalecendo a permanência do jovem no campo. Buscar apoio do governo com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Leite Gaúcho e Pecuária Familiar e outros programas.

Acompanhamento das atividades nas propriedades assistidas, com dias de campo com a participação maciça dos produtores, visitas constantes e troca de experiências entre produtores, motivação e capacitação de produtores no centro de treinamento da EMATER em Teutônia, tanto nas áreas de higiene da ordenha, qualidade do leite, melhoramento de pastagens, melhoramento do rebanho, Alimentação em geral, tratamento sanitário e inseminação artificial.

7.2.6 Apoio à Psicultura

Busca-se ampliação do número de produtores. Através de apoio técnico da secretaria municipal e EMATER/RS-Ascar deve-se repassar maiores informações técnicas sobre a atividade. Busca-se a implantação de abatedouro municipal ou regional para abertura de mercados, inclusive na merenda escolar no município. A abertura de novos açudes bem como a realização de melhorias aos existentes, deve ser considerada como um grande incentivo a permanência da atividade no município, bem como para o seu aumento. O município

disponibiliza atualmente retroescavadeiras e escavadeiras hidráulicas para a execução dos serviços aos interessados, e aquisição de novas máquinas é fundamental para manutenção prestação de serviço aos psicultores.

7.2.7 Apoio à Avicultura

Através de apoio técnico da secretaria municipal e EMATER/RS-Ascar, busca-se o surgimento de produtores interessados nessa atividade. Através da legalização da atividade com a instalação de salas de ovoscopia e consequentemente abertura de mercado interno e externo.

7.2.8 Apoio às Agroindústrias e Implantação de Novas (Diversificação)

Implantação/regularização/ampliação de 30 agroindústrias familiares, visando agregar valor à produção e melhorar à rentabilidade das Unidades Produtivas Familiares (UPF), através da legalização dos empreendimentos agroindustriais nas esferas ambiental, sanitária e fiscal, auxiliando e assessorando através das ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) executadas pela EMATER/RS-Ascar.

Apoio a comercialização em agroindústrias de origem vegetal e principalmente de produtos processados de origem animal, através da adesão ao SUSAF para melhoria no apoio a comercialização para melhoria e maximização da geração de renda da UPF como um todo, visando aumentar o público consumidor possibilitando abranger mercados fora do município, onde está sediada a agroindústria familiar.

7.2.9 Apoio a projetos de Irrigação

A utilização da irrigação no município ainda é extremamente baixa, um pouco pelo alto custo do material e por falta de água em algumas propriedades. Buscaremos implantar mais açudes para reserva de águas, como também programas de apoio a expansão da irrigação no município.

Por tanto, a irrigação tem o objetivo de fornecer a quantidade de água necessária na hora certa que a planta necessita. Usa-se a irrigação para atingir a quantidade necessária a planta.

A irrigação deve ser considerada como parte de um conjunto e técnicas utilizadas para garantir a produção econômica de determinada cultura, com adequado manejo dos recursos naturais.

7.2.10 Implantação de Estruturas para Armazenagem de Grãos

a) Incentivar a melhoria nas condições de armazenagem e secagem nas Unidades Produtivas Familiares, visando minimizar as perdas de qualidade e quantidades, buscando maior agregação de valor aos produtos, possibilitando assim, aumentar a qualidade e quantidade da alimentação disponível aos animais nas propriedades, bem como melhor obtenção de preço no momento da comercialização;

b) Incentivar, elaborar e acompanhar a execução de projetos de silos secadores;

c) Acompanhamento nas propriedades no controle de pragas e doenças;

d) Indicar formulações alternativas de rações baseado nos produtos disponíveis nas propriedades, evitando assim a entrada de produtos externos;

e) Minimizar o esforço humano através de sistemas de transportes e armazenagem do produto.

7.2.11 Educação do Campo

O Município mantém convênio com a Escola Família Agrícola, com 8 bolsas de estudo para filhos de produtores. Também possui convênio com a Escola Técnica de Encruzilhada do Sul, com auxílio de deslocamento. Enfatiza-se, também a disponibilização de técnicos para ministrar as aulas dentro do Projeto Despertar, desenvolvido na Escola Municipal Jacob Blész. Projeta-se a reprodução para outros educandários.

Com a busca de novos projetos e destacando-se o Arca das Letras, já desenvolvido município, por um período, o que haverá de se buscar a reabilitação.

7.3 Preservação Ambiental

7.3.1 Preservação dos Recursos Naturais

A Preservação dos Recursos Naturais, tem como principais metas:

a) Ampliar o número de instalações de fossa séptica/filtro/sumidouro nas propriedades rurais, inclusive com disponibilização de croqui de instalação (conforme Legislação vigente);

b) Manter os serviços de recolhimento de resíduos sólidos;

c) Fomentar atividades de geração energética de matrizes diversas como eólica, solar e reflorestamento;

d) Ampliar e manter os programas de conservação do solo e Incentivar as famílias a realizar análises e correção de solo. A análise de solo é uma ferramenta de grande valor para a melhoria de aspectos químicos e biológicos do solo, tanto para se obter melhores rendimentos nas culturas agrícolas quanto para melhorar aspectos ambientais. Nesse sentido, o município disporá de política pública para fomentar o uso dessa ferramenta para todos os agricultores, mantendo convênio com a EMATER/RS-ASCAR como responsável pela análise e recomendação técnica cabível a cada caso;

e) Captar recursos para transformação do Parque de Preservação Ambiental em Jardim Botânico;

f) Estimular a implantação de sistema de coleta, tratamento e reuso de água pluvial; ampliar a estrutura física e números de colaboradores do Departamento do Meio Ambiente;

g) Buscar recursos ou meios para viabilizar a adequação ambiental de propriedades rurais;

h) Fomentar ações de preservação dos recursos hídricos do meio rural do município, potencializando ações prioritariamente ao Programa Protetor da Aguas (Proteção de nascentes e arroios, tratamento correto dos dejetos animais e humanos;

i) Buscar parcerias que viabilizem a instalação de fossas biodigestoras ou outras alternativas que expandam o saneamento no meio rural.

7.3.2 Produção Agroecológica

Estimular a produção orgânica na agricultura do município, aumentando o apoio técnico aos produtores, visando a produção de alimentos mais saudáveis e auxiliando num ambiente mais sustentável. Há uma ideia da implementação de uma central de triagem e compostagem municipal, para trituração de galhos e folhas recolhidos pelo município na zona urbana, para futura fertilização de solos a produtores interessados. A manutenção da matéria orgânica através do uso de insumos da propriedade (esterco) e adubação verde também é vista como meta.

A matéria orgânica é uma fração do solo muito importante para todos os cultivos agrícolas, sendo também a mais frágil à ação humana. O cultivo convencional, realizado de forma mecanizada ou animal é responsável pela alta incidência de perdas de matéria orgânica observada nos solos agrícolas de Vera Cruz. Nesse sentido, o município disporá de política pública municipal de fomento à melhoria da matéria orgânica dos solos agrícolas, fomentando essa prática através da disponibilização de transporte de compostos que melhorem os teores de matéria orgânica dos solos, bem como outras alternativas que forem oportunas para esse fim. O aumento no transporte está aliado a disponibilidade e aumento do número de caminhões para atendimento de uma demanda maior.

7.4 Programa de Capacitação dos Agricultores Familiares

O Programa deverá conter ações para qualificar os agricultores, principalmente no gerenciamento da propriedade rural referentes as atividades agrícolas, para comercialização de seus produtos, que poderá ser realizada através de parcerias com instituições, escolas e entidades ligadas a agricultura familiar, destacando-se o SENAR, SEBRAE, SENAI, UNISC, APL de Agroindústrias do Vale do Rio Pardo, sindicatos rurais entre outras.

O município prevê a manutenção do convênio com a EMATER/RS-ASCAR com a finalidade de possibilitar a execução de políticas públicas municipais, estaduais e federais de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATER.

Através do fortalecimento da participação e organização dos produtores no COMDER, busca-se a interação e o auxílio dos produtores do município na

discussão relacionadas a agricultura do município, através de reuniões técnicas e encontros mensais. Busca-se fomentar a participação de agricultores do município em cursos e capacitações em áreas de interesse socioeconômico, disponibilizando meios para facilitar a participação dos mesmos.

8 PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS

As ações, projetos e programas previstos neste Plano deverão contar com fontes diversas.

Tendo em vista que algumas das propostas estão inseridas em Programas do Governo, tanto em nível estadual, como federal, parte destes recursos poderão ser buscados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e no Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação. Além disso, serão utilizados recursos próprios e de entes públicos afins.

8.1 Iniciativas para o desenvolvimento rural em andamento

a) COMDER (Conselho Municipal De desenvolvimento Rural de Vera Cruz): aumentar a participação dos produtores rurais, aumentando a integração entre entidades, instituições e produtores;

b) COOPERVEC (Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz): aumentar o auxílio a comercialização dos associados, disponibilizando cursos e capacitações que aumentem e qualifiquem a produção;

c) Serviço de Inspeção Municipal: auxiliar no esclarecimento sobre adequações no processamento de produtos de origem animal no Município, destacando a adequação do SUSAF, cuja responsabilidade de encaminhamento e fiscalização foi repassado por decreto do Governo do Estado, recentemente aos municípios;

d) Fortalecer e fomentar dentro das necessidades todas as organizações, entidades, órgãos, convênios e ações no município, visando sempre a evolução das cadeias produtivas e do setor primário no município.

8.2 Novas Iniciativas necessárias para atender as Diretrizes do Plano

A meta é promover as ações propostas para cada setor, acompanhar as associações e/ou cooperativas em processo de ampliação; e divulgar e facilitar o acesso a políticas públicas disponíveis para os grupos. Promover assistência

técnica aos produtores, auxiliando na comercialização e planejamento da gestão da propriedade. Além disso, unir os produtores, divulgar técnicas e incentivar práticas de manejo sustentável.

9 GESTÃO DO PLANO

O Plano de Ação visa detalhar e organizar as ações necessárias para o pleno desenvolvimento dos objetivos do PMDRS. E um primeiro momento, este planejamento busca demonstrar as atividades já existentes no município, ressaltando a aptidão que há em situações similares. Em segundo lugar, essas ações são derivadas a fim de detalhar o planejamento para a execução do PMDRS, especificando o que será explorado, como será feito, quem são os responsáveis, quando isso será finalizado e quais os beneficiários.

9.1 Infraestrutura Rural

O QUE	COMO	QUEM	QUANDO	BENEFICIÁRIOS
1 Mecanização comunitária agrícola	Ampliação da estrutura	SMDR/MA	2019/22	11486 habitantes
2 Melhorias estradas rurais e renovação da frota	Manutenções estradas e ampliação da frota	SMDR/MA e SMOST	2019/22	11486 habitantes
3 Melhorias na eletrificação rural	Ampliação rede trifásica	SMDR/MA e RGE SUL	2019/22	5000 habitantes
4 Pavimentação de estradas	Asfaltamento ou blocos	SMDR/MA e SMOST	2019/22	6000 habitantes
5 Turismo Rural	Incentivo ao turismo	SMDR/MA e SMCTEL	2019/22	2000 habitantes

9.2 Geração de Renda e Agregação de Valor ao Produto

O QUE	COMO	QUEM	QUANDO	BENEFICIÁRIOS
1 Qualificação das feiras	Apoio, incentivo e organização	SMDR/MA e COOPERVEC	2019/22	1000 habitantes
2 Cooperativas e associações	Apoio, incentivo e organização	SMDR/MA, COOPERVEC, EMATER/RS-Ascar e associações	2019/22	2000 habitantes
3 Manutenção de programas e projetos	Planejamento e organização	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	11486 habitantes
4 Adesão do SIM ao SISBI-POA e/ou SUSAF	Estruturação	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	Indefinido
5 Apoio a produção leiteira	Incentivos e parcerias	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	4000 habitantes
6 Apoio a psicultura	Incentivo, estruturação e comércio	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	1000 habitantes
7 Apoio a avicultura	Estruturação e incentivo	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	1000 habitantes
8 Apoio as agroindústrias e implantação	Fomento e organização	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	500 habitantes
9 Apoio a projetos de irrigação	Incentivo	SMDR/MA e EMATER/RS-Ascar	2019/22	500 habitantes
10 Implantação de estruturas de Armazenamento de grãos	Fomento e incentivo	SMDR/MA	2019/22	2000 habitantes
11 Educação do campo	Apoio	SMDR/MA	2019/22	3000 habitantes

9.3 Preservação Ambiental

O QUE	COMO	QUEM	QUANDO	BENEFICIÁRIOS
1 Preservação dos recursos naturais	Conscientização e incentivo	SMDR/MA	2019/22	11486 habitantes
2 Produção Agroecológica	Incentivo, fomento e organização	SMDR/MA e CAPA	2019/22	1000 habitantes
3 Programa de capacitação dos Agricultores familiares	Organização	SMDR/MA e EMATER/ RS-Ascar	2019/22	11486 habitantes

10 INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O gerenciamento é necessário durante todo o ciclo de um plano, desde a sua concepção, passando pelo planejamento e implementação, até sua avaliação final.

A avaliação e o monitoramento de todas as ações deste Plano serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e realizados por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. O COMDER é composto por órgãos ou entidades representativos e ligados ao meio rural, bem como por produtores representantes das localidades do interior do município.

10.1 Instituições Envolvidas

a) Prefeitura Municipal de Vera Cruz;

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA;

c) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER;

d) EMATER/ RS;

e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz - STR.

Vera Cruz/RS, 22 de Novembro de 2018.

Guido Hoff

Prefeito Municipal